

***INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES
CURSO DE ESTADO MAIOR***

1999 / 2001



TRABALHO INDIVIDUAL DE LONGA DURAÇÃO

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IAEM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS.

**A ADAPTAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PARA A GUERRA
DO ULTRAMAR (1961-74)**

***Luis Filipe Carvalho das Dores Moreira
Maj Inf***



“As Campanhas de África constituem a maior guerra da nossa história em que nós, portugueses, utilizamos apenas aquilo que era nosso”

Gen António Soares Carneiro



ÍNDICE

ÍNDICE.....	Pag I
NOTA PRÉVIA.....	Pag III
1. INTRODUÇÃO.....	Pag 1
2. AS PRINCIPAIS REFORMAS MILITARES DO SÉCULO.....	Pag 3
3. SITUAÇÃO DE PORTUGAL ANTES DO CONFLITO.....	Pag 8
3.1. A Marinha	
3.2. O Exército	
3.3. A Força Aérea	
4. DISPOSITIVO MILITAR NOS PRINCIPAIS TEATROS DE OPERAÇÕES.....	Pag 16
4.1. Angola	
4.2. Guiné	
4.3. Moçambique	
5. AS ADAPTAÇÕES À EVOLUÇÃO DO CONFLITO.....	Pag 20
5.1. Em Portugal	
5.1.1. Marinha	
5.1.2. Exército	
5.1.3. Força Aérea	
5.2. Nas Províncias	
5.2.1. Angola	
5.2.2. Guiné	
5.2.3. Moçambique	
6. AS RELAÇÕES COM A OTAN.....	Pag 33
7. CONCLUSÕES.....	Pag 37
NOTAS.....	Pag 41
BIBLIOGRAFIA.....	Pag 45



ANEXOS

Anexo A: Influência soviética em África. Referida numa publicação americana no final de 1986.

Anexo B: Independências Africanas 55 – 60.

Anexo C : Composição da Divisão de 1910.

Anexo D : Principais unidades do Exército Metropolitano de 1937.

Anexo E: Principais unidades do Exército Metropolitano de 1959.

Anexo F: Dispositivo militar na metrópole em 1959.

Anexo G : Organograma da Marinha, 1926.

Anexo H : Áreas Oceânicas da Responsabilidade dos Comandos Navais.

Anexo I : Relação de existências da Armada em 1926 e 1966.

Anexo J : Organização territorial da Metrópole de 1961.

Anexo K : Classificação das unidades.

Anexo L : Unidades operacionais da 3ª Divisão.

Anexo M : Organização territorial da Metrópole de 1962.

Anexo N : Existências na Aeronáutica do Exército e na Aviação Naval em 1951.

Anexo O: Mapa de Angola.

Anexo P : Organização da 3ª Região Militar segundo a reorganização de 60/61.

Anexo Q : Dispositivo militar em Angola em Fevereiro de 1961.

Anexo R: Mapa da Guiné.

Anexo S: Mapa de Moçambique.

Anexo T : Organização da 4ª Região Militar segundo a reorganização de 60/61.

Anexo U : Dispositivo militar em Moçambique em Fevereiro de 1961.

Anexo V: Organização territorial da Metrópole de 1972.

Anexo X : Aquisições de aeronaves pela FAP, 1952 a 1970.

Anexo W: Evolução dos efectivos ultramarinos.

Anexo Y: Evolução do dispositivo territorial em Angola.

Anexo Z: Evolução do dispositivo territorial na Guiné.

Anexo AA: Evolução do dispositivo territorial em Moçambique.



NOTA PRÉVIA

O Processo Revolucionário Em Curso, também conhecido por PREC, mergulhou os anos do “pós-guerra” num obscurantismo miscelaneado de indecisões, imprecisões e indefinições de ideologias e de valores. Durante este período, qualquer referência à Guerra Colonial que não tivesse um pendor negativo, era mal conotada e agressivamente recebida. A única postura aceitável era a de auto-crítica, ou melhor auto-culpa, sobre tudo o que se fez ou que se deveria ter feito durante esse período.

Esta fase de “síndrome pós-traumático” parece que se está a desvanecer, dando lugar a uma atitude que procura lançar luz sobre o trabalho e o empenho que Portugal colocou naquela parte do mundo. No entanto, o hiato de tempo que foi criado desde o final da guerra, já permitiu que se perdessem conhecimentos e experiências irrecuperáveis.

Ao nível do Exército, esta chama já foi bem avivada pelo extenso e vasto trabalho desenvolvido pela Comissão de Estudo para as Campanhas de África que, conjugada com outras publicações trazidas a público nos últimos anos, já permite analisar com alguma profundidade o período em apreço.

Na respectiva dimensão, o objectivo deste trabalho é o de tentar contribuir para que a chama dessa luz seja mais intensa e nítida. O trabalho integra uma passagem sobre as principais alterações militares da primeira metade deste século, de seguida procura caracterizar a situação e o dispositivo militar nos anos que antecedem o conflito e evolui para a identificação das alterações mais significativas em cada teatro de operações, iniciando este parágrafo com uma descrição muito genérica da evolução do conflito nos diferentes teatros. No capítulo seguinte, procura-se explanar as relações de Portugal com a OTAN, nas décadas da guerra e na que as antecede. Ao terminar procuraremos estabelecer uma ponte com a actualidade e sugerir algumas acções que, pelos resultados que evidenciaram, poderiam revelar-se produtivas agora.

Não pretenderia encerrar esta nota prévia sem uma palavra pública de reconhecimento ao Oficial Orientador que, pelo seu rápido e permanente acompanhamento e pelas sua adequadas e oportunas orientações, muito contribuiu para o progressivo desenvolvimento do trabalho.

Fica então a expectativa de que os objectivos propostos sejam completamente alcançados.

Luis Filipe Carvalho das Dores Moreira
Maj INF



1. INTRODUÇÃO

Após o fim da II Grande Guerra (II GG), a situação geopolítica internacional evoluiu para o sistema bi-polar, dominado por um lado pelo capitalismo ocidental, e por outro pelo imperialismo comunista. O primeiro era liderado pelos Estados Unidos da América (EUA), que concentrava à sua volta as Nações da Europa Ocidental, o segundo conduzido pela União das Repúblicas Socialista Soviéticas (URSS), encabeçando os países de Leste, foi inicialmente apoiado pela China.

A postura da *retaliação maciça* entre os dois blocos veio inviabilizar a possibilidade de uma confrontação directa, pelos resultados devastadores que teria para ambos os lados, obrigando à adopção de estratégias indirectas com vista a controlar importantes áreas do globo¹.

Neste contexto, eram consideradas como áreas importantes, "...cujo o controle por um adversário, afecta o outro..."² as seguintes:

- A Ásia Marítima: cintura de contenção da China que esteve na origem das transformações da Indonésia e das guerras da Coreia e do Vietname.
- A América Central: área particularmente sensível para os EUA dada a sua proximidade. Partindo de Cuba, passando pela Nicarágua e México, poder-se-iam ameaçar directamente as fronteiras dos EUA.
- A América do Sul: extensa, populosa e naturalmente rica, não se apresentava nesta altura como prioritária para a acção comunista.
- O Médio e Próximo Oriente: verificava-se um esforço por parte da URSS com vista a conseguir atingir o Oceano Pacífico através do Afeganistão.
- O Norte de África: revelava uma situação definida com o Egipto e Marrocos pró-ocidentais e a Líbia e a Argélia pró-soviéticas.
- A África Austral: caracterizada pela sua extraordinária riqueza natural e pela posição geoestratégica privilegiada sobre o Oceano Atlântico Sul e Índico, controlava a rota marítima do Cabo.



Angola e Moçambique, pela sua posição dentro da África Austral, foram consideradas como *posições – chave* para o domínio da região e bases privilegiadas para o lançamento de uma ofensiva sobre a República da África do Sul e consequente domínio de toda aquela região de África.

A procura do domínio destas regiões ou a tentativa de negação do acesso do adversário às mesmas, permitiu aos movimentos independentistas, estimulados externamente por doutrinas e ideologias maioritariamente de cariz comunista, obterem os apoios necessários para o desenvolvimento das suas acções.

Foi nesta sequência que um continente que, no início dos anos 50, era quase totalmente controlado por potências ocidentais, viria, no final da década de 80 a ser praticamente dominado pela doutrina comunista³. Enquanto as potências defensoras do comunismo se moviam com alguma facilidade e, não podemos deixar de o reconhecer, mestria no campo da acção indirecta, as potências ocidentais foram particularmente susceptíveis à opinião pública e às actividades propagandísticas, condicionados, por um lado, pelas acções de desinformação e propaganda desenvolvidas pelo adversário sobre a opinião pública e, por outro, pelo estipulado na Carta do Atlântico⁴ e posteriormente na das Nações Unidas.

A segurança da Europa passava pelo controlo de África, tendo sido esta a visão do Professor Oliveira Salazar e também o que conduzia o “dilema americano”: a necessidade de conter o comunismo apoiando os aliados ou apoiando os movimentos independentistas. Ora se o apoio aos aliados poderia conduzir a uma luta sem fim e sem resultados, a postura anti-colonialista e o apoio aos movimentos emancipalistas poderia conduzir a uma dependência e consequente controlo da região. Foi neste enquadramento que os movimentos independentistas foram apoiados pelas duas grandes potências mundiais e que se desenvolveram as independências africanas.

A Inglaterra foi realmente quem tomou a dianteira, dos 7.914 mil km² de área colonizada em 1955, apenas detinha 19 mil em 1966⁵. Foi seguida pela França⁶ que perdeu 11 milhões de



km² no mesmo período de tempo e pela Bélgica⁷, que, em 1964, deixou de ter colónias em África.

Em 1960 já ascendiam a 14 as nações africanas⁸, ex-colónias, com assento na Organização das Nações Unidas (ONU). Nesta altura, o crescente protagonismo do grupo afro-asiático na Assembleia Geral da ONU contrastava com a inoperância do Conselho de Segurança, onde as superpotências trocavam sistematicamente a aplicação do *sistema de veto*, incapacitando qualquer atitude tendencial. Em 1962 a ONU criou uma “Comissão de Descolonização” que reiterava o direito dos africanos à auto determinação. Em 1963, a Organização da Unidade Africana (OUA) na sua primeira reunião formal, em Adis Abeba, aprovou o “direito de recurso à violência armada para liquidar os regimes colonialistas existentes”. No ano seguinte, no Cairo, a mesma organização, defendeu a “expulsão de Portugal pela força” e em 1968, foi criado um “Comité Militar” para acompanhar a situação e disponibilizar apoios militares aos movimentos reconhecidos.

Foi com poucos dos antigos aliados e enfrentando uma crescente hostilidade regional e internacional que Portugal conduziu uma guerra que aos olhos de muitos seria impossível de sustentar.

2. AS PRINCIPAIS REFORMAS MILITARES DO SÉCULO

O presente século tem sido profícuo em evoluções e revoluções. Este incremento de alterações foi, sem margem de dúvida, motivado pela crescente evolução tecnológica e pela globalização da informação, que têm aumentado exponencialmente à medida que nos aproximamos do novo século e que, no aspecto especificamente militar, conduziu à necessidade de adaptação das Forças Armadas a novos ambientes e ameaças.

O primeiro evento do século significativo para Portugal ocorreu em 1910 com a implantação da República e com a consequente necessidade de substituir “o pseudo-Exército permanente que a monarquia supunha, erroneamente, ser a sua guarda-pretoriana, na inconsciência de que



um regime se sustenta só com as baionetas”⁹. Foi nesta altura que, pela primeira vez, o conceito de Defesa Nacional, deixa de estar exclusivamente associado às Forças Armadas, abrangendo também outros sectores do país. Numa análise macro, a estrutura militar compreendia a Secretaria da Guerra, com uma componente administrativa e outra de campanha; o Conselho Superior de Defesa Nacional; o Estado Maior do Exército e o Serviço de Estado Maior. As tropas do Exército Metropolitano¹⁰ foram reorganizadas em tropas activas, tropas de reserva e tropas territoriais. Foram extintas as unidades de Caçadores, reunidas as de metralhadoras e dividida a artilharia em guarnição, costa e técnica. Para além desta reorganização, houve também um reordenamento militar do Território Nacional (TN) tendo sido definidas 8 regiões¹¹, a que correspondiam 8 Divisões¹² com as respectivas áreas de responsabilidades. Estas Divisões apesar de não estarem completas, possuíam meios que permitiam mobilizar e equipar a totalidade da Divisão por recurso aos meios da própria região. Foi nesta altura criado o polígono de Tancos que serviu de base para a mobilização e treino do Corpo Expedicionário Português (CEP) que participou na I Grande Guerra (I GG). A I GG, de 1914 a 1918, apesar de ter sido um período marcante para Portugal, como para todo o mundo ocidental, à parte de algumas alterações menores, não teve influência significativa na organização territorial.

O golpe militar de 1926, a que se seguiu o período designado por Estado Novo, foi o marco seguinte na evolução nacional. A designada “Reorganização Militar no Estado Novo” prolongou-se desde esta altura até à revolução de 25 de Abril de 1974, de uma forma permanente, sendo de realçar algumas datas mais significativas:

A guerra civil Espanhola¹³ e a conseqüente evolução do ambiente internacional até à eclosão da II GG, enformaram a reestruturação militar iniciada nos finais de 1937. Esta reforma¹⁴, sob a orientação do Prof. Oliveira Salazar que, nesta altura, acumulava as pastas de Presidente do Conselho e de Ministro da Guerra, para além da reorganização estrutural e territorial, incidiu também na motorização e no rearmamento das Forças Armadas (FA).



Até aqui as FA encontravam-se divididas num Exército Metropolitano, um Exército Ultramarino e uma Armada, baseada na Metrópole¹⁵. Estas instituições dependiam do Ministério da Guerra, do Ministério das Colónias e do Ministério da Marinha, respectivamente, muito embora a área Ultramarina fosse apoiada pela metropolitana. A partir desta data os Exércitos passaram a ser integrados sob o comando do Ministério da Guerra¹⁶.

A implementação territorial passou a contemplar 4 Regiões Militares (RM) (Porto, Coimbra, Évora e Tomar), um Governo Militar (Lisboa) e 1 Comando Militar para cada arquipélago.

Esta organização considerava Quartéis Gerais, Unidades e Formações das diferentes Armas e Serviços, Centros de Mobilização, Bases Aéreas, Fortificações Militares e obras de defesa e os Estabelecimentos Militares. As unidades, por seu turno, foram divididas em Unidades de Fronteira e Unidades de Linha¹⁷, ficando associada às primeiras a ideia de emprego imediato, em TN ou fora dele, enquanto que às segundas era atribuído o conceito de força principal de combate, com um prazo de intervenção mais demorado. Houve igualmente uma redução no número de unidades das diferentes armas e serviços¹⁸ no sentido de “cada unidade constituída em tempo de paz seja uma realidade viva na organização militar e corresponda, em pessoal e material, a um sério elemento de força com que a defesa nacional possa contar”¹⁹.

A década de quarenta foi marcada pela II GG, onde Portugal optou por uma posição de neutralidade. Iniciou-se a organização da defesa aérea de Lisboa e do Porto, treinou-se a população civil para fazer face a bombardeamentos aéreos e, em 1942, embora não constituindo propriamente uma reforma, verificou-se o reforço substancial da guarnição dos Açores²⁰, tendo acontecido uma situação semelhante na Madeira, Cabo Verde, Angola e Moçambique, para o desempenho das designadas *missões de soberania*.

Na década de cinquenta continuou a reorganização das décadas anteriores, com incidência sobre todo o TN. No início desta década foram criados os órgãos superiores de defesa e o Departamento de Defesa Nacional²¹. Foi, também, uma década dedicada à OTAN, marcada pelo nascimento e organização da 3ª Divisão (Div) e pela criação do Ramo da Força Aérea,



em 1952, por união das Aeronáuticas do Exército e da Marinha²², e caracterizada pela “Geração OTAN”²³, designação dada a um conjunto de oficiais com novas perspectivas e conhecimentos, fruto da frequência de acções de formação no estrangeiro, proporcionadas pela adesão à Aliança, e que viriam representar um novo e forte impulso às reestruturações em curso e à orientação de Portugal para o futuro. Foi durante este período que se desenvolveu todo o processo de levantamento da 3ª Div, desde a determinação das especialidades necessárias, até aos exercícios de preparação operacional com Infantaria, Carros de Combate e Artilharia.

Após um período inicial de indefinição sobre a composição da Divisão, as designações de Divisão de Campanha e Divisão Territorial²⁴, deram lugar às Divisões tipo português (TP), tipo português-americana (TPA) e tipo americana (TA)²⁵, sendo o conceito de TPA posteriormente abandonado, permanecendo os de TP e TA, associando as primeiras às territoriais e as segundas às de campanha para emprego na Europa.

Portugal, na altura, afirmava possuir capacidade de mobilização de 557.000 homens, mas atendendo a que apenas dispunha de 10.262 sargentos e de 8.906 oficiais, para enquadrar 300.000 homens²⁶, apenas poderia levantar 10 Divisões de Infantaria e uma Blindada²⁷.

No entanto, as dificuldades surgidas quer ao nível de formação, quer ao nível de equipamento, levaram a que, em 1952, fosse assumida a impossibilidade da concretização do compromisso da preparação de 10 Divisões e afirmada, tão somente, a possibilidade de constituir, até 1954, um Corpo de Exército (CE) a duas Divisões para colaborar na defesa da Europa²⁸.

A 1ª Div TA²⁹, com algumas faltas³⁰, concentrou-se, pela primeira vez, para exercícios no Campo de Instrução Militar de Stª Margarida a 01 de Novembro de 1953. Em 06 de Maio de 1954, um despacho do Subsecretário de Estado do Exército alterou a designação para 2ª Div³¹. Nesta altura Portugal reconhecia a incapacidade de cumprir o compromisso assumido e permitia a utilização da Divisão integrada num CE de outras nações. A transição de parte dos encargos da Divisão para a 3ª RM fez com que, a partir dos finais de 1955, passasse a ser



designada por 3ªDiv, que manteve até ao final.

Em 22 de Agosto de 1957, numa Reunião de Altos Comandos, o CEME, General Lopes da Silva, referiu: “O Exército não está em condições de satisfazer os fins da política...não obstante todos os esforços realizados para a preparação de uma única Divisão e após 4 anos de cuidados e favores especiais, essa Divisão não está em condições de entrar em operações”³². Também nesta reunião começou a evidenciar-se a preocupação com a preparação dos contingentes Ultramarinos, tendo sido referido pela mesma entidade “...as forças do Ultramar e Insulares, como forças de defesa interna, deverão incluir-se na primeira prioridade e serem portanto preparadas tendo em vista que devem ser mantidas em estado de completa eficiência operacional.”³³

Em termos de organização das Forças Armadas, o ano de 1958 promoveu algumas alterações. Em vez de se materializar a proposta de um Ministério da Defesa, um Estado-Maior Conjunto, com a integração dos Ministérios da Guerra e da Marinha, e a criação de três Secretarias de Estado, a forte pressão do Exército e da Marinha, acabou por levar a que se criasse um Ministro da Defesa, um Secretariado de Estado da Defesa Nacional, chefiado pelo Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, um Ministério do Exército, outro da Marinha e uma Sub-Secretaria de Estado da Aeronáutica. Foram também actualizados o Conselho Superior de Defesa Nacional, forum de discussão da estratégia nacional, e o Conselho Superior Militar, órgão de consulta do Ministro da Defesa.

Os encargos atribuídos ao Exército em 1958/59 eram³⁴:

- 1º - Forças para a defesa de Portugal Continental: Defesa Antiaérea Terrestre, Destacamento de Defesa Interna e Defesa de Costa.
- 2º - Forças destinadas ao SHAPE: 3ªDiv e elementos de apoio (ENE).
- 3º - Forças da Reserva Geral e possível intervenção no Ultramar: 1 Divisão³⁵.
- 4º - Forças para a defesa da Península: CE (1ª, 2ª e 4ªDiv) e ENE.

Para garantir os seus encargos o Exército dispunha de um conjunto de unidades³⁶, distribuídas



por quatro RM e um Governo Militar³⁷. Os arquipélagos integravam 3 Batalhões Independentes de Infantaria, 1 Grupo de Artilharia de Guarnição e 2 Baterias Independentes de Defesa de Costa.

Foi também em 1959 que foi estudada a criação de *unidades especiais de utilização imediata*³⁸. Recorrendo à experiência colhida por parte de observadores que se deslocaram a França e à Argélia, na altura colónia da primeira, deram-se início aos estudos que originariam a formação de Companhias de Caçadores Especiais³⁹ as quais, por sua vez, foram precursoras das unidades de “Comandos”, que viriam a ter um vasto e profundo emprego nos principais Teatros de Operações do Ultramar⁴⁰. Aquelas unidades foram organizadas em companhias independentes, funcionando o primeiro Centro de Instrução na Serra da Carregueira, com o apoio do Batalhão de Caçadores (BCaç) 5.

Após ter passado pela designação de *tropas de choque*, o relatório de 06 de Novembro de 1959, do Ministro do Exército, determinou a execução de reconhecimentos para a definição do local de instalação do Centro de Instrução de Tropas de Assalto. A escolha da localização oscilou entre Lamego, Covilhã e Lagos⁴¹, tendo a decisão acabado por recair sobre Lamego, local onde ficou sediado o que passou a ser designado por Centro de Instrução de Operações Especiais. Segundo o citado relatório, este Centro ficava com a responsabilidade de garantir a preparação do pessoal no âmbito da luta da contra-guerrilha, da acção psico-social e do montanhismo. Esta preparação deveria ser ministrada a todos os oficiais e sargentos das unidades metropolitanas, Ultramarinas e dos BCaç Assalto.

A Guerra do Ultramar não trouxe grandes alterações em termos metropolitanos, no entanto o período até à revolução de 25 de Abril de 1974 será detalhada nos capítulos que se seguem.

3. SITUAÇÃO DE PORTUGAL ANTES DO CONFLITO

3.1. A MARINHA

Desde o início do século que a Marinha vinha apresentando alterações constantes, no



entanto evidenciaram-se como mais significativos os períodos de 1926/27, 1935/38⁴², 1946/52⁴³, 1958/59 e 1961/64.

No campo da organização, no princípio do século, o Ministério da Marinha⁴⁴ foi o Departamento de Estado que teve por responsabilidade tratar de todos os assuntos de carácter naval, civil ou militar, que dissessem respeito à Armada, Marinha Mercante ou de Pesca, bem como do fomento marítimo nacional⁴⁵.

A parte militar, ou ramo naval, era comandada pelo Chefe de Estado Maior da Armada (CEMA), na dependência directa do Ministro da Marinha.

Com a reorganização de 1958, a Armada passou a ter a seguinte composição:

- Comandos territoriais, com Comandos Navais⁴⁶ e Comandos de Defesa Marítima Territorial⁴⁷ e de portos.

Os comandos navais e de defesa marítima territorial, nos territórios onde existiam comandos conjuntos, subordinavam-se a estes comandos para fins operacionais e ao CEMA para fins logísticos e técnicos, no que respeita à defesa marítima do território. No caso de operações em áreas oceânicas ou no caso de não existirem comandos conjuntos, tinham dependência completa do CEMA.

Os Comandos de Defesa Marítima de Portos subordinavam-se aos Comandos Navais ou aos Comandos de Defesa Marítima Territorial em que estavam integrados.

- Unidades navais, de fuzileiros e de mergulhadores-sapadores, que eram agrupadas constituindo forças que podiam estar na dependência do CEMA ou atribuídas aos Comandos Navais.

Foi também em 1958 que se uniformizou a classificação dos Comandos Navais, se definiram as principais missões e atribuíram as áreas oceânicas operacionais de cada um⁴⁸.

Relativamente aos meios navais, em 1926 a Marinha Portuguesa atingiu um período de dramática decadência no aspecto da degradação dos meios, com consequências evidentes na disciplina e no moral das tropas. Nesta altura, os meios navais eram escassos e



perfeitamente desadequados à realidade e às necessidades⁴⁹. Apesar das onerosas reparações, poucos foram os proveitos operacionais que se poderia retirar destes meios. Dos meios existentes, foram abatidos 45 em 1930, alguns que datavam já de 1843. A Marinha, como todos os outros sectores da vida pública nacional, passava por um período de apertadas restrições.

Em 1931, com Oliveira Salazar como Ministro das Finanças e Magalhães Correia como Ministro da Marinha, deu-se início ao desenvolvimento de um programa de rearmamento⁵⁰ que consistiu na construção e aquisição de⁵¹:

- 2 cruzadores de 5000 toneladas;
- 12 contratorpedeiros de 1500 toneladas;
- 12 avisos: 4 de 2000 toneladas e 8 de 1000 toneladas;
- 10 submarinos de 800 toneladas;
- 1 transporte de hidraviões⁵²;
- 1 navio-apoio de submarinos;
- 2 canhoneiras de fiscalização da costa.

Este programa não foi integralmente, mas realizou-se significativamente, de forma a que em 1936, a Marinha contava já com 14 novos navios.

Terminada a II GG tornava-se necessário adaptar e familiarizar a Marinha com os novos equipamentos que até então se haviam desenvolvido. Assim foram adquiridos à Inglaterra três submersíveis e duas fragatas de 2000 toneladas.

Com a assinatura do Tratado do Atlântico Norte, foi promovido o desenvolvimento da guerra anti-submarina e de minas, em virtude da preocupação da OTAN de garantir a manutenção das linhas de comunicação. Em 1954, a coberto do programa de assistência⁵³ e a expensas dos EUA, foi possível à Marinha incorporar⁵⁴:

- 3 Fragatas: 2 de 1350 toneladas e 1 de 1600 toneladas;
- 14 Navios-patrolhas: 8 de 400 toneladas e 6 de 357 toneladas;



- 16 draga-minas: 4 oceânicos de 790 toneladas e 12 costeiros de 402-450 toneladas⁵⁵;

Para além do programa, a Marinha ainda incorporou:

- 2 Fragatas de 2100 toneladas, emprestadas por 10 anos pelos EUA;
- 2 Caça-minas de 780 toneladas;
- 3 Navios hidrográficos;
- 1 Lancha de fiscalização;

A partir de 1958, estas unidades navais passaram a estar subordinadas ao Comando Naval do Continente, que passou a integrar 3 flotilhas (Escoltas oceânicas, Navios patrulha e Draga-minas e a Esquadrilha de submersíveis.

A partir do início da década de 60, com o início do esforço militar no Ultramar, observou-se uma *separação* das marinhas OTAN e Ultramarina. Enquanto que a primeira continuou a ser apoiada pela Aliança no compromisso da sua utilização apenas em missões OTAN, a segunda foi desenvolvida por recurso à construção nacional ou aquisição por Portugal a outras Nações. No entanto, o facto de ter sido possível a manutenção do contacto com a tecnologia utilizada pela OTAN, permitiu uma mais valia na formação e preparação dos militares.

No aspecto do pessoal, a evolução de efectivos fez-se notar no início da II GG e, bastante mais significativamente, no início do conflito Ultramarino, tendo crescido de cerca de 4.000 homens, em 1926, para perto de 6.000 em 1938, 7.235 em 1958, 12.479 em 1964 e ultrapassando os 14.000 em 1966⁵⁶.

Relativamente às reservas de marinha, a partir do início da II GG, a Marinha passou a reunir todas as reservas na dependência do Comando das Reservas de Marinha, quer as do ramo naval, quer as do ramo marítimo. Em 1957 estas reservas foram reestruturadas para responderem melhor às necessidades da Armada ficando definidas:

- Reserva da Armada ou reserva A: Oficiais, Sargentos e Praças da Armada, que tendo pertencido aos quadros da Armada, se encontram fora do activo e os reservistas.



- Reserva Naval ou N: Universitários que prestam serviço na Armada como oficiais.
- Reserva Legionária ou reserva L: Os filiados na Brigada Naval da Legião Portuguesa.
- Reserva Marítima ou reserva M: Indivíduos de profissões marítimas, mais a polícia marítima e os Capelães.

Naturalmente que ao nível das reservas verificou-se semelhante crescimento dos efectivos no início da década de 60:

	Reserva A	Reserva N	Reserva L	Reserva M
1955	5.100		25	4.263
1960	8.101	93	25	7.032
1965	10.053	366	27	11.453

No aspecto do pessoal é ainda de salientar que com a adesão à Aliança Atlântica, Portugal passou a beneficiar da possibilidade de frequentar programas de formação, cursos e estágios, que valorizaram grandemente os nossos militares tornando-os mais aptos, quer pela aprendizagem de novas doutrinas e conceitos, quer pelo conhecimento de novas tecnologias e sistemas.

3.2. O EXÉRCITO

Tendo a evolução do Exército sido abordada com maior detalhe no Capítulo 2., vamos aqui procurar transmitir o ponto de situação antes do início dos conflitos Ultramarinos, portanto, os anos de 60 e as eventuais consequências para 61 e 62 que não são directamente função dos citados conflitos.

Com efeito a partir de 01 de Janeiro de 1961, a reorganização de 1960⁵⁷ definiu que o Exército passasse a ter uma nova organização territorial. Foram extintas duas RM, a 2^a e a 4^a, mantém-se o Governo Militar de Lisboa (GML) e foram redefinidas a 1^a e 3^aRM⁵⁸, passando a constituir-se:

Na Metrópole:

Região Militar com sede em Lisboa – GML;



1ª Região Militar: Sede no Porto;

2ª Região Militar: Sede em TOMAR;

No Ultramar⁵⁹:

3ª Região Militar: Sede em Luanda;

4ª Região Militar: Sede em Lourenço Marques;

e 7 Comandos Territoriais Independentes (Açores, Madeira, Cabo Verde, Guiné, Índia, Macau e Timor).

Na sequência desta reorganização as unidades do continente passaram a ser classificadas como Centros de Instrução Básicos (CIB) ou Especiais (CIE), ou como Unidades Operacionais (UOp). Aos primeiros foi cometida a instrução básica, aos segundos a instrução de especialidades e as últimas ficaram responsáveis pela instrução colectiva e treino operacional de unidades destinadas à defesa territorial, à rendição de unidades Ultramarinas e à satisfação de compromissos internacionais.

No entanto, por um lado, não foi possível classificar exactamente cada uma das unidades, ficando muitas delas com dupla classificação, e por outro existiam unidades às quais não cabia nenhuma das classificações, tendo recaído sobre estas a decisão de as manter apenas com efectivos mínimos para que não ficassem totalmente desguarnecidas⁶⁰.

Para além destas unidades, existiam ainda as unidades geradoras de forças para a 3ª Div. Para estas foi também fixado um encargo operacional, de forma a que fosse garantido um contingente permanente de 33 a 40% da Divisão⁶¹.

Entretanto, no início de 1962⁶² foi reactivada a RM de Évora, passando então a Metrópole a dispor de 3 RM e um GML⁶³.

3.3. A FORÇA AÉREA

A Força Aérea foi criada em 1952 com a integração das, até então chamadas, Arma Aeronáutica do Exército⁶⁴ e da Aviação Naval, com cerca de 370 aeronaves⁶⁵, de origem



alemã, inglesa e americana, de nível equivalente ao utilizado na II GG.

Na sua evolução, até à guerra colonial, podemos identificar-se três fases:

- De 1950 a 52: processo de criação;
- De 1952 a 59: fase de afirmação e integração atlântica;
- De 1960 a 74: mobilização para os teatros de operações Ultramarinos

A OTAN representou um elemento de significativa importância na evolução da Força Aérea. A intenção da Aliança era que Portugal, para além da defesa do continente e do apoio tático às forças expedicionárias na Europa, contribuísse na vigilância e luta anti-submarina do Atlântico Norte.

Com vista ao cumprimento do Plano de Defesa de Médio Prazo⁶⁶ da Aliança, foi definido como objectivo para Portugal a criação e manutenção de 11 Esquadrilhas de Caça, 9 no continente e 2 nos Açores, para além da aviação de treino, transporte e ligação.

Na reunião do Conselho de Segurança da Aliança de 1952 foi definida a evolução do auxílio até 1954⁶⁷:

Em aviões de caça:

	1952	1953	1954
Continente	75	100	125
Açores	25	25	50

Em aviões de cooperação:

	1952	1953	1954
C/ F Terrestres	--	50	75
C/ F Navais	6	12	24

O Ministro da Defesa Santos Costa, argumentando com a elevada taxa de atribuição de responsabilidades, solicitou um incremento para 14 Esquadrilhas de Caça e 2 de Detecção e Controlo, que é bem acolhida pelo marechal Montgomery e pelo marechal Saunders.

Em 1952, a Força Aérea recebeu os primeiro aviões destinados às Esquadrilhas de Caça, recepção que foi continuada em 1953 com 50 F 84⁶⁸. Em 1954 foi iniciada a recepção dos



34 aviões Harpoon⁶⁹, destinados à luta anti-submarina. Em 1958 foram recebidos os F 86 Sabre.

À semelhança do sucedido com o Exército, os objectivos iniciais significativamente elevados, vieram a revelar-se inatingíveis devido ao enorme volume de problemas técnicos que se levantaram. No final da década de 50, das 16 Esquadrilhas previstas, Portugal possuía apenas 4 Esquadrilhas de Jactos e 2 de Patrulha Marítima. No entanto era uma força com capacidades técnicas ao nível das suas congéneres na Europa o que representava uma significativa evolução em menos de uma década.

A partir do início do conflito Ultramarino, a Força Aérea procurou manter os compromissos com a OTAN, garantindo simultaneamente a satisfação das necessidades impostas pelos teatros de operações.

Em 1961 foram transferidos de Monte Real para Bissau 8 F 86, provocando uma reacção negativa por parte dos americanos. O conhecimento por parte dos americanos de que há equipamento da OTAN a ser empregue nos TO de África levou a que fossem suspensos os programas de fornecimento e manutenção. Em face desta situação, Portugal procura novos fornecedores que irá encontrar na França, que se afasta sucessivamente da OTAN e do domínio americano, e na Alemanha, por troca de contrapartidas da instalação de bases em TN⁷⁰. Foi para França que, nesta altura, se orientaram os esforços de formação da Força Aérea, no âmbito da pilotagem dos helicópteros Alouette II e no âmbito da formação de um grupo de pára-quedistas em guerra subversiva e psicológica. A diminuição do apoio americano também se reflectiu na formação, enquanto que na década de 50 foram frequentadas perto de 500 acções de formação em países da Aliança militares, na década de 60 este número decresce para valores inferiores a duas centenas. No entanto, é de destacar o ano de 1960, durante o qual foram frequentadas 92 acções de formação, mais do dobro das frequentadas nos três anos anteriores⁷¹.

O primeiro Batalhão de Caçadores Pára-quedistas criado em 1955, na dependência da



Força Aérea⁷², foi colocado no polígono de Tancos, junto à Base Aérea (BA) 3. Em Fevereiro de 56 efectuou-se o primeiro salto da quase totalidade do Batalhão. À semelhança das outras tropas especiais, a actuação desta tropa será detalhada no capítulo 5.

4. DISPOSITIVO MILITAR NOS PRINCIPAIS TEATROS DE OPERAÇÕES

Desde 1958 que, sob a direcção do General Botelho Moniz, o Ministério da Defesa desenvolvia acções com vista à preparação do dispositivo nacional para a eclosão do conflito. A partir de 1959, face à ameaça latente à integridade do território nacional, o esforço da Defesa Nacional passou a orientar-se com evidente superioridade para os territórios africanos, em detrimento das relações na OTAN.

Em 1960, Angola e Moçambique passaram a possuir um dispositivo territorial próprio e verificou-se uma preocupação crescente na formação de militares, especialmente em guerra subversiva, em França, nos Estados Unidos e em Espanha.

Apesar das atenções dispensadas às províncias Ultramarinas, no início de 1961, o dispositivo implementado ainda era bastante reduzido e pouco adaptado ao tipo de operações que se viriam a desenvolver.

4.1. ANGOLA⁷³

Sentindo a influência da independência do Congo Ex-Belga, em meados de 1960, no final desse ano começou a sentir-se uma crescente actividade dos movimentos politico-subversivos.

Relativamente ao Exército e prevendo-se o agravamento da situação, em 1960 o dispositivo militar em Angola foi reforçado com três companhias de caçadores especiais⁷⁴.

Em Fevereiro de 1961, da parte do Exército, a província de Angola dispunha de 1.500 soldados europeus e 5.000 africanos, agrupados num dispositivo⁷⁵ que compreendia 5 Comandos Territoriais e 1 Circunscrição Militar no enclave de Cabinda, contando com⁷⁶ 3



Regimentos de Infantaria (RI), 2 Batalhões de Caçadores (BCaç), 1 Grupo de Reconhecimento (GRec), 3 Grupos de Artilharia de Campanha (GAC), 1 Batalhão de Engenharia (BEng) e 4 Companhias de Caçadores Especiais (CCaçEsp) que tinham sido reforçadas pela Metrópole. Os Batalhões eram posicionados no terreno por forma a materializar um dispositivo de quadrícula, atribuindo a cada um uma determinada zona de acção que se subdividia em áreas de responsabilidade de Companhia, por forma a criar uma malha que cobrisse todo o território. Os Batalhões, eram agrupados num Comando Territorial, se a actividade do inimigo era nula ou pouco significativa, ou em Comandos de Sector, se a luta armada já era evidente. Estes, por sua vez, ficavam subordinados aos Comandos de Zona que dependiam do Comando da RM e este do Comando-Chefe. A designação de Comandos de Zona, evoluiu mais tarde para a designação de Zonas de Intervenção (algumas com responsabilidade de comando conjunto⁷⁷) para as áreas onde a guerrilha estava activa, mantendo-se o Comando Territorial nas regiões de reduzida actividade. As Zonas de Intervenção evoluíram ainda para a designação de Zonas Militares, sendo esta designação diferente em Moçambique. As Zonas Militares, que inicialmente diziam respeito apenas às áreas onde a guerrilha se encontrava activa, passaram, a partir de determinada altura a constituir a designação única da RM, houvesse ou não actividade inimiga.

Para além das unidades de quadrícula, o sistema de forças Ultramarino consignava também unidades de intervenção (unidades de CaçEsp, unidades “COMANDOS”, unidades de milícia e Grupos Especiais) e unidades de apoio de fogos, com artilharia, morteiros e canhões sem recuo. As primeiras encontravam-se, normalmente, na dependência directa do Comando-Chefe, enquanto que as unidades de apoio estavam integradas nos Batalhões dependendo do respectivo Comando do Sector.

No respeitante à Marinha, o Comando Naval (CN) de Angola ficou sediado em Luanda, integrando o Comando da Defesa Marítima (CDM) de S.Tomé, os Comandos de Defesa



Marítima dos Portos (CDMP) de Stº António do Zaire, Luanda, Lobito e Moçamedes e, várias estações radio-navais. Os Comandos de Defesa Marítima dos Portos de Stº António do Zaire e Luanda incluíam uma unidade de fuzileiros.

A Força Aérea iniciou em 1958 o seu estudo sobre instalação de meios aéreos em Angola analisando a possibilidade de criar unidades em aeródromos civis já existentes.

Em 1959 foi prosseguido o planeamento das infra-estruturas aeronáuticas a levantar nos territórios Ultramarinos, tendo sido deslocado para Luanda um grupo de aeronaves no âmbito do exercício “HIMBA”⁷⁸.

Em 1960 e 1961 dava-se início à construção da BA 9, em Luanda, e do Aeródromo-Base (AB) nº 3, no Negage, que juntamente com o AB nº 4 em Henrique de Carvalho constituíam o dispositivo triangular do início da guerra.

Angola, que foi a primeira província a receber meios da Força Aérea, constituiu a 2ª Região Aérea que, para além da BA 9, AB 3 e 4, integrava também os Aeródromos de Manobra (AM) 95 (Cabinda), 31 (Maquela do Zombo), 42 (Camaxilo) e 43 (Cazombo) e o Batalhão de Caçadores Pára-quedistas (BCP) 21, sediado em Luanda⁷⁹.

4.2. GUINÉ⁸⁰

O dispositivo do Exército na Guiné, no início de 1961 era consideravelmente exíguo. Para além do QG do Comando Territorial Independente da Guiné, 2 CCAç e 1 Bateria de Artilharia, integrava ainda um órgão de recrutamento, a CCAç 52, o ERec 54 e o PelPM 1, que constituíam um reforço metropolitano.

Com a reestruturação de 1958 foi criado o Comando Naval de Cabo Verde e Guiné, sediado na ilha de S. Vicente, integrando os Comandos de Defesa Marítima de Cabo Verde e da Guiné, o primeiro com sede na ilha de Cabo Verde e o segundo em Bissau.

O Comando de Defesa Marítima da Guiné integrava em permanência a Estação Radio-Naval de Bissau e o Posto de Caió, as oficinas navais, depósitos e paióis e uma unidade de



fuzileiros.

A Guiné, foi a segunda província a receber meios aéreos. Foi criado um Comando de Zona Aérea da Guiné e Cabo Verde, que integrava tão somente a BA 12 em Bissau e o BCP 12, também sediado em Bissau⁸¹.

4.3. MOÇAMBIQUE⁸²

O dispositivo do Exército em Moçambique estava mais atrasado do que o de Angola. Integrava o QG da 4ª RM e 3 Comandos Territoriais, do Norte em Nampula, do Centro, na Beira, e do Sul, em Lourenço Marques⁸³. Contava no total com⁸⁴ 5 BCaç, 10 CCaç, 1 GAC, 1 Grupo de Artilharia de Guarnição, 1 Bateria AC, 1 GRec e 1 BEng, de entre outras unidades.

A implementação territorial era semelhante à de Angola, já referida, com a diferença que a designação de Zona de Intervenção evoluiu para Zona Operacional⁸⁵, ao invés de Zona Militar, como em Angola.

O Comando Naval de Moçambique, criado em 1958 incluía os Comandos de Defesa Marítima dos Portos de Lourenço Marques, Inhambane, Beira, Chinde, Quelimane, Moçambique, Nacala, Porto Amélia e do lago Niassa. Todos eles, à exceção do CDMP de Moçambique, incluíam , para além de uma Estação ou posto radio-naval, uma unidade de fuzileiros.

Ao nível da Força Aérea, Moçambique constituía a 3ª Região Aérea integrando a BA 10 na Beira, o AB 5 em Nacala, o AB 6 em Nova Freixo, o AB 7 em Tete e o AB 8 em Lourenço Marques. Complementavam o dispositivo os AM 61 (Vila Cabral), AM 62 (Marrupa), AM 51 (Mueda), AM 52 (Nampula), AM 71 (Farancungo) e AM 73 (Mutarara), para além de dois BCP, o 31 e o 32, na Beira e Nacala, respectivamente⁸⁶.



5. AS ADAPTAÇÕES À EVOLUÇÃO DO CONFLITO

5.1. EM PORTUGAL

5.1.1. MARINHA

No início do ano de 1961, o assalto e ocupação do paquete “Stª Maria” em pleno oceano, obrigou à constituição de uma força naval independente, com o objectivo de se deslocar para o Atlântico Sul para resolver esta situação. No entanto, o eclodir do terrorismo em Angola, em 15 de Março de 1961, levou a que parte das unidades navais que se encontravam integradas naquela força, tivessem sido destacadas para esta província Ultramarina.

O desenvolvimento dos movimentos independentistas em Angola, Moçambique e na Guiné e o tipo de guerra que, principalmente nestes teatros, se passou a desenvolver, impuseram uma reorganização da Marinha, com a aquisição e construção de novos meios navais⁸⁷ e adaptação dos existentes.

As atribuições à Marinha prendiam-se com a manutenção da abertura das linhas de comunicação com a Metrópole, a fiscalização da orla costeira e ribeirinha africana e o transporte de meios por via marítima e fluvial. Se para a primeira missão a Marinha dispunha de poucos meios de grande porte adaptados às condições meteorológicas características das províncias, sendo difícil e onerosa a sua construção e aquisição, já para os meios mais pequenos destinados às outras missões (lanchas de fiscalização e de desembarque), a resposta à construção foi rápida e abundante, com recurso quase exclusivo aos estaleiros nacionais. Em cerca de 15 anos a Marinha mandou construir ou adquiriu 56 lanchas de fiscalização e 97 de desembarque⁸⁸, sendo que algumas delas já não chegaram a servir no Ultramar.

Para fazer face às ameaças nestes novos TO, a Marinha necessitava de estar preparada para combater também em terra, pelo que foi necessário “criar uma Marinha nova para novas missões”⁸⁹. Na sequência desta premissa, sentiu-se a necessidade de criar uma



força apta a desempenhar missões de elevado grau de risco na orla ribeirinha. Esta força necessitava de ser dotada de meios clássicos adequados à missão: barcos de assalto, botes de reconhecimento, lanchas de desembarque, lanchas de fiscalização.

Assim foi tomada a decisão de recuperar os Fuzileiros. Os Fuzileiros tiveram o seu aparecimento em Portugal em 1618, no Corpo da Armada da Coroa de Portugal, tendo existido até 1851⁹⁰, data em que foi extinto o Batalhão Naval. No início de 1961⁹¹ foi criada de novo a classe de Fuzileiro, recuperando a organização existente na Brigada Real de Marinha, em 1797⁹². Foram criados Batalhões, Companhias e Pelotões, para os fuzileiros normais e destacamentos para os fuzileiros especiais. O emprego destas forças no Ultramar será detalhado mais à frente.

Outro corpo da Armada, os mergulhadores, já não foram tanto um produto da guerra do Ultramar, mas também foram naturalmente impulsionados por esta. Muito embora já houvesse indícios desta actividade em Portugal desde 1898, só em 1958⁹³ foi criado o Serviço de Mergulhadores e Salvação da Armada, formalizando-se a tipologia em mergulhadores-sapadores (mergulhadores com funções militares de carácter ofensivo e defensivo), mergulhadores normais e mergulhadores-vigias. Nesta data existiam 9 mergulhadores normais e 3 mergulhadores-sapadores.

Em 1962 foi criada a classe de mergulhador que conta nesta data com um quantitativo de 45 sargentos e praças.

Em 1964, com o aumento do número de mergulhadores-sapadores na nossa Armada, motivado pelas necessidades da guerra, foram constituídas unidades de mergulhadores, destinadas a executar acções ofensivas de sabotagem e defensivas nos portos e navios⁹⁴. Estas unidades foram designadas por Destacamentos ou Secções de mergulhadores-sapadores, dependendo do efectivo que as compõem.

5.1.2. EXÉRCITO

No aspecto da organização territorial o conflito Ultramarino não trouxe grandes



alterações para o território continental. No início de 1962⁹⁵ é reactivada a RM de Évora, passando então a Metrópole a dispor de 3 RM e um GML. Em 70 é criado o Comando Territorial do Algarve e a partir de 1972 o território passa ser dividido em 4 RM, Porto, Coimbra, Tomar e Évora, o GML e o Comando Territorial do Algarve⁹⁶.

O período das guerras coloniais não produziu grandes alterações ao nível do Exército da Metrópole, sendo a principal preocupação o recrutamento e o treino com vista à alimentação dos TO Ultramarinos. A única alteração de referência prende-se com as unidades de caçadores especiais que, como já atrás foi referido, tiveram início em 1961 e que em 1962 passaram a designar-se apenas por Caçadores. Os BCaç tinham uma orgânica diferente dos Batalhões de Atiradores, não possuindo Companhia de Apoio de Combate, na medida em que para o tipo de guerra em que se previa o emprego deste tipo de unidades, não se reconhecia a necessidade de uma capacidade de apoio de folgos com essa dimensão. As companhias, por sua vez, à entrada nos TO Ultramarinos, reorganizavam a sua orgânica original de 3 Pelotões de Caçadores e 1 Pelotão de Acompanhamento, numa orgânica mais adaptada à realidade de 4 grupos de combate de igual potencial. A maioria destas unidades foi utilizada como unidade de quadrícula⁹⁷.

5.1.3. FORÇA AÉREA

Durante o ano de 1958 a FA inicia a sua organização nos territórios Ultramarinos com a criação de Regiões Aéreas e a construção de uma rede de bases e aeródromos-base.

A transferência de 8 F 86, de Monte Real para Bissau, em 1961 e o emprego, em 1965, de 2 P2V 5 Neptune, no apoio à operação “RESGATE” realizada a partir da Guiné, fez com que os americanos suspendessem o apoio de manutenção aos mísseis Sidewinder⁹⁸.

Em 1965 inicia-se o embargo ao fornecimento e manutenção de equipamentos por parte dos Estados Unidos na sequência da utilização de meios alocados à OTAN nos TO Ultramarinos. Apesar deste embargo, Portugal não deixou de adquirir o equipamento que considerou necessário e conveniente⁹⁹, talvez nem sempre nas melhores condições.



5.2. NAS PROVÍNCIAS

Como atrás foi referido a preocupação da década anterior tinha consistido na tentativa de alcançar a paridade com os nossos aliados, considerando a possibilidade de um ataque maciço, nuclear ou convencional, por parte do Pacto de Varsóvia. Desta forma a nossa preparação para uma guerra subversiva era diminuta, limitando-se a poucos conhecimentos teóricos e a algumas acções de formação e missões de observação efectuadas por um número reduzido de oficiais.

De entre vários casos estudados e observados é de salientar:

- Quénia: apesar de não se tratar de uma situação de subversão generalizada, uma vez que foi desenvolvida apenas por uma tribo, os Kikuyu, sem qualquer apoio do exterior, esta situação foi resolvida quase exclusivamente com base no doutrinarismo e reconversão dos terroristas. À medida que iam sendo capturados, os terroristas eram persuadidos a combater os próprios Kikuyu revoltados. Por um lado, a motivação dos que mudavam de lado era grande, não se verificando deserções e alcançando-se elevado número de capturas, por outro, ao saber-se que haviam “pseudo-grupos” a atacar grupos terroristas, estes quando se cruzavam atacavam-se mutuamente pensando ambos que o outro era um “pseudo-grupo”. Esta acção de contra-subversão revelou-se um êxito.
- Malásia: a acção contra-subversiva também foi um êxito. Baseava-se em cortar os apoios à guerrilha, acantonando e protegendo as populações e racionando e controlando os géneros alimentares destas. Ao separar os guerrilheiros da sua fonte de apoio, aqueles viram-se obrigados a atacar abertamente as população protegidas, vindo a sofrer pesadas baixas.
- Argélia: a técnica aplicada no Quénia, foi aqui aplicada também com êxito. Para além disso, as forças organizaram-se em Unidades de Quadrícula, com forças de quadrícula¹⁰⁰ e forças de intervalo, cuja missão era manter o contacto, controlo e protecção da população, controlar pontos importantes e recolher informações¹⁰¹; e



Unidades de Intervenção destinadas a hostilizar, canalizar e destruir a guerrilha. Esta missão poderia também ser executada parcialmente pelas forças de intervalo, que como vimos faziam parte das Unidades de Quadrícula. Houve também um incremento na vigilância da fronteira não só para impedir a entrada de apoios, mas também para dificultar a retirada para as zonas de refúgio ou de santuário. Para além deste dispositivo foi reconhecido que neste tipo de guerra o recurso à acção psicológica era fundamental e que sem o controlo das mentes e das populações, a vitória não é alcançada.

- Vietname: aqui os EUA evidenciaram um diferencial técnico e material gigantesco. Porém, verificou-se que a incapacidade para cativar mentes e populações, associada ao prolongar do conflito, veio a dirimir a mais valia que aquele aspecto poderia ter tido e a revelar-se de bastante maior importância.

Dos estudos analisados evidenciam-se três factores chave:

- A necessidade de uma implantação territorial, já designada por “Unidades de Quadrícula”, que garantisse, por um lado, a segurança das populações e que as levasse a abandonar o apoio à guerrilha, e que, por outro, procedesse à cativação dos elementos afectos à guerrilha, com vista ao seu recrutamento e posterior aplicação contra a mesma guerrilha.
- A existência de forças de intervenção com elevada mobilidade, com vista ao emprego atempado e oportuno sobre formação inimigas que se revelassem.
- A importância de um sistema de informação integrado e coordenado por forma a permitir o aproveitamento adequado das notícias recolhidas.

Para dar resposta ao primeiro factor, as diferentes armas do Exército, preparadas para fazer face a uma ameaça oriental, tiveram que abstrair-se da clássica atribuição de tarefas e assumir uma postura orientada para a guerra subversiva tendendo para a “infantariação”¹⁰² geral das designadas armas combatentes, ou seja, em face da necessidade de constituir uma rede de implantação territorial de forças de quadrícula, as



unidades, independentemente da sua Arma, eram solicitadas, na maioria das vezes, para assumir tarefas que seriam normalmente desempenhadas por unidades de infantaria. Apesar desta “infantarização” a guerra do Ultramar não deixou de fornecer oportunidades para o emprego de unidades de reconhecimento, a cavalo¹⁰³, de Polícia Militar e até de carros de combate, na Cavalaria, e de unidades de apoio de fogos na Artilharia. A adaptação das unidades à guerra de guerrilha foi um processo que se foi desenvolvendo em virtude do crescente conhecimento das solicitações de cada TO, nunca chegando a ser formalizada em termos doutrinários¹⁰⁴.

A resposta ao segundo factor foi consubstanciada, fundamentalmente, no desenvolvimento de forças especiais. No Exército, os Comandos, aparecem como forças especiais de contra-guerrilha, especialmente adaptadas ao conflito Ultramarino. Estas unidades começaram a ser formadas em 1962, em Zemba, no Norte de Angola, onde foi criado o Centro de Instrução Especial de Contra-guerrilha, CI 21¹⁰⁵. Os excelentes resultados obtidos pelos 6 Grupos de Combate aqui formados levaram a que, em 1963, o Exército criasse os CI 16 e 25 e instituisse a designação de “Comandos”. Em 1964 a instrução de Comandos começa a ser ministrada também em Moçambique, na Namaacha e depois na Guiné, em Brá. Mais tarde foi também constituído um centro de instrução de Comandos no Centro de Instrução de Operações Especiais, em Lamego, para as companhias destinadas aos TO de Moçambique e da Guiné. Em 1964, sentiu-se a necessidade de unidades autónomas de maiores efectivos e passaram-se a constituir Companhias de Comandos (CCmds)¹⁰⁶. No total do conflito foram formadas 23 companhias que combateram em Angola, 26 em Moçambique, das quais 9 constituídas recorrendo à população nativa, e 12 na Guiné, das quais 3 africanas¹⁰⁷.

A Marinha, por sua vez, enviou em 1960 uma equipa a Inglaterra para a frequência de um curso de Royal Marines. Foi a partir deste modelo que se desenvolveu, em Portugal, a formação de Fuzileiros destinados ao Ultramar. O 1º Destacamento de Fuzileiros Especiais



(DFE) partiu para Angola em 1961 e em 1962 parte o DFE 2 para a Guiné. Os DFE passaram a constituir as unidades de elite da Infantaria da Marinha. Estas unidades, tal como os Comandos constituíam unidades de intervenção do Comandante-Chefe (CC) da RM. Para além destas, existiam ainda as Companhias de Fuzileiros Navais¹⁰⁸ com missões mais orientadas para a defesa de instalações, patrulhamento e escolta de comboios de embarcações.

Integrados na Força Aérea, os Batalhões de Caçadores Pára-quedistas (BCP), tiveram também um crescimento acentuado durante o conflito do Ultramar. Estas unidades constituíam, à semelhança dos Comandos e dos Fuzileiros, unidades de intervenção à ordem do CC, estando sempre associadas a bases aéreas, de onde os BCP recebiam a mesma numeração. Durante o período da guerra foram empenhados 4 BCP, o BCP 21 no TO de Angola, em Moçambique os BCP 31 e 32 e na Guiné o BCP 12.

O sistema de informações também constituiu, durante a guerra do Ultramar, um factor chave para o bom desenvolvimento das operações. As informações são importantes em qualquer tipo de conflito, mas numa guerra de guerrilha a sua importância é acrescida devido à fluidez do inimigo e da sua conduta. Os serviços de informações no Ultramar desenvolveram-se passando a existir:

- Um Serviço de Informações Militar, constituído pelos serviços de informação dos três ramos, coordenados pela 2ª Divisão do Secretariado-Geral da Defesa Nacional;
- Um Serviço de Informações do Ministério do Negócios Estrangeiros (MNE);
- Um Serviço de Informações do Ministério do Ultramar;
- A Direcção Geral de Segurança (DGS), a Legião Portuguesa e as Forças de Segurança (PSP e GNR) na dependência do Ministério do Interior;
- Os serviços da Guarda Fiscal do Ministério das Finanças;

Ao nível das províncias Ultramarinas¹⁰⁹, todos estes serviços, com a excepção feita para os serviços do MNE, foram proveitosamente integrados sob a supervisão dos Serviços de



Centralização e Coordenação de Informações que, apesar de dependerem dos Governadores das províncias, serviam cumulativamente os Comandantes-Chefes¹¹⁰. Aos níveis inferiores (sectores, distritos, batalhões), a coordenação era feita através de contactos directos entre os vários elementos de informação. No entanto, ao nível das Forças Armadas, para além dos órgãos e relatórios de informações, não existia nenhuma unidade constituída especificamente para trabalhar esta área. A única excepção foram as *equipas especiais de informações*. Estas equipas, formadas por militares que se faziam passar por caçadores¹¹¹, tinham por objectivo a recolha de informações e a constituição de redes de informadores.

5.2.1. ANGOLA

Os primeiros confrontos revelaram-se no Norte de Angola, evoluindo para o Leste e Sudeste a partir do meio da década de 60. O MPLA foi a primeira formação a revelar-se, sendo secundada pela FNLA e depois pela UNITA¹¹². A acção das Forças Armadas no final desta década e, mais intensamente, no início de 70 leva a que, em 1974, a situação militar esteja controlada, ficando a acção da guerrilha visivelmente enfraquecida, limitada a acções sem grande importância apenas a Norte da província.

A partir de 1962 a 3ª RM passa a ter a designação de RM de Angola e deixa de ter integrado o Comando de S. Tomé e Príncipe, que se torna um Comando Independente. A organização territorial manteve os 5 Comandos Territoriais e 1 Circunscrição Militar no enclave de Cabinda.

Com o início das hostilidades são separados os cargos de CC e Comandante da RM. Inicialmente, enquanto que ao segundo cabe a condução das operações terrestres, o primeiro, na dependência do CEMGFA, era simultaneamente o Governador-Geral da Província e um coordenador das acções dos três ramos.

Com o evoluir do conflito os assuntos operacionais passaram a depender cada vez mais do CC, ficando o Comandante da RM com a responsabilidade sobre a mobilização,



preparação e administração dos efectivos. Este mantém uma dependência do Ministério do Exército, por intermédio do CEME, para os assuntos sob a sua responsabilidade.

Em termos de organização, e como já foi descrito no capítulo anterior, passam a coexistir Comandos Territoriais, em áreas onde a actividade é quase exclusivamente administrativa, e os Comandos de Zonas de Intervenção, para regiões onde havia acção da guerrilha. Se para os primeiros a dependência era exclusivamente do Comandante da RM, já os segundos tinham dupla dependência, operacional do CC e administrativo-logística do Comandante da RM¹¹³.

Só em 1969 é que esta organização foi formalizada¹¹⁴. O CC exerce o seu comando operacional sobre Comandantes Militar, Naval e Aéreo¹¹⁵, que por sua vez o exerciam sobre as unidades e órgãos na sua dependência. O exercício do CC era ainda estendido às Zonas de Intervenção, Sectores Operacionais e reservas constituídas a este nível. O Gen Costa Gomes, nomeado CC em 1970, veio reestruturar o seu Estado-Maior subordinado ao conceito da globalização da guerra, concentrando sob o seu comando todos os meios disponíveis, não só as Forças Armadas, mas também todas as outras forças¹¹⁶ que tivessem capacidade de acção militar, orientando cada um delas para a área onde se revelava mais apta. Mesmo relativamente às unidades africanas, quer fossem constituídas como forças auxiliares, quer como forças de intervenção, não as procurou integrar em projectos políticos, mas sim aproveitou as suas características próprias, aplicando-as onde mais era adequado. Este General procurou pautar o seu comando por uma atitude racional, apoiada no conhecimento e experiência adquiridos, baseando o seu método em informações seguras e planeamentos detalhados.

No respeitante às forças, estas inicialmente dividiam-se em forças de guarnição normal e forças de reforço. As primeiras eram constituídas, na medida do possível, com base no recrutamento local e tinham um carácter permanente. As segundas integravam todo o restante, isto é, comandos operacionais e forças de reforço das forças de guarnição



normal. Com o evoluir da situação as forças passaram a dividir-se em forças de quadrícula (onde se incluem as forças de intervalo) e forças de intervenção. Para as primeiras começam a afluir as unidades de Infantaria, Cavalaria e Artilharia que vinham da Metrópole, enquanto que as segundas passaram a ser integrar forças com elevada mobilidade, incluindo unidades de Caçadores Especiais, Cavalaria e Forças Especiais. Com o comando do Gen Costa Gomes verificou-se uma tendência para a africanização do conflito com dupla vantagem, diminuir a base de recrutamento da guerrilha e aliviar as necessidades de tropas regulares, dado que a partir de 1966 a *malha* do dispositivo das forças de quadrícula começou a apertar. Esta situação pode ser verificada em termos de pessoal¹¹⁷ enviado pela Metrópole onde há um aumento significativo até 1965 e a partir daí uma manutenção, com pequenas oscilações, atingindo o seu valor máximo em 1967, com 43.051. O recurso à população nativa não se destinou apenas a guarnecer as forças de quadrícula, através da constituição das já mencionadas forças auxiliares. Em 1966, no Norte de Angola, começaram a ser preparadas forças que tomaram inicialmente a designação de Tropas Especiais e foram organizadas em grupos de combate, de efectivo pelotão. Em 1968, já com a designação de Grupos Especiais (GE), têm uma implementação geral pela província e o seu número ascende a 99 unidades¹¹⁸. Para além destas, mas sem dependência das Forças Armadas, a Direcção Geral de Segurança (DGS) organizou também grupos de nativos, os “Flechas”, destinados fundamentalmente a acções recolha de informações e que chegaram a actuar coordenadamente com o Exército.

5.2.2. GUINÉ

Cronologicamente foi o segundo território Ultramarino em que se verificou a subversão. O desenrolar da guerra na Guiné pode ser dividido em dois períodos: antes e após a nomeação do Gen Spínola como CC em 1968. O primeiro período, de 1963 a 1968, é marcado pelo início da acção armada, inicialmente a Sul, de onde o PAIGC¹¹⁹ recebe os



seus apoios, estendendo-se para Norte a partir de 1964. Em 1965 dá-se o alastramento da guerra para Leste. Este período é pautado por uma postura defensiva por parte das forças portuguesas. O período seguinte, sob a égide do Gen Spínola, é marcado por uma forte acção ofensiva e por uma forte componente política junto das populações. A perda da supremacia aérea em 1973, veio marcar o princípio do fim para esta província portuguesa que em 24 de Setembro do mesmo ano proclamava a independência.

Em termos de organização de comando, esta província também adoptou uma solução única. Em face das divergências entre o Governador, Comandante Vasco Rodrigues, e o CC, Brigadeiro Louro de Sousa, foi nomeado, em 1964, em acumulação de funções, o Brigadeiro Arnaldo Shultz, situação que se manteria até ao final da guerra.

Em termos de organização territorial, devido à exiguidade do território, Guiné, que do antecedente, constituía um Comando Territorial Independente não se subdividiu em Zonas de Intervenção, mas em 1969, devido à alteração da nossa postura para as acções ofensivas, o Comando passou a subdividir-se em sectores, Comandos de Agrupamentos Operacionais (CAOP), Batalhões e Comandos Operacionais (COP)¹²⁰.

A guerra na Guiné teve, como já foi referido, uma alteração radical com a nomeação para Governador, em acumulação de funções com CC, do Gen Spínola. Este CC procurou “pensar como o inimigo, sem ficar como ele”¹²¹, tentando compreender as razões que motivavam o adversário, no sentido de poder cativar as populações, não à luz de valores ocidentais, como se passou em Moçambique, mas baseado nos valores por elas procurados. Para tal criou no seu Estado Maior duas novas repartições: a de Assuntos Cívicos e Acção Psicológica e a de Assuntos de Populações.

Em termos de organização territorial, procede à criação dos CAOP e dos COP nas áreas críticas, atribuindo-lhes o comando das unidades de quadrícula e de intervenção. Estes comandos tinham uma organização flexível, orientada para a situação. Criou também as Zonas de Intervenção do Comando-Chefe, que eram zonas de forte implantação



terrorista onde apenas as forças especiais executavam operações de curta duração, apoiadas por artilharia e aviação.

Em termos de pessoal¹²² enviado pela Metrópole, verificou-se um aumento constante, referenciando-se dois períodos em que ultrapassa os efectivos de Moçambique, entre 63 e 66 e a partir de 1970. Alcançou o seu valor máximo em 1973 com 25.610.

Aqui, mais do que noutra província, também se desenvolveu a formação de unidades africanas, considerando-as o Gen Spínola, como “o embrião de um futuro Exército de um futuro Estado”. A formação da população nativa desenvolve-se desde 1964, adoptando a designação de milícias que no final do conflito ascendiam a 29 Companhias de Milícias Normais ou Especiais¹²³, mas a partir daqui passam a ser formados também unidades de Comandos, de Fuzileiros e de Caçadores, subordinadas ao Comando-Geral de Milícias. Estas unidades serão muito utilizadas pelo Gen Spínola na contra-guerrilha, reservando para a maioria dos contingentes metropolitanos as missões estáticas. Com esta acção pretendia-se colocar a guerra entre africanos.

5.2.3. MOÇAMBIQUE

A evolução do conflito nesta província passa por três fases. A 1ª ofensiva no distrito do Niassa, em 1964, a 2ª em Cabo Delgado, em 1969, e a 3ª em Tete, 1972. Em 1974 as acções do inimigo¹²⁴ nos distritos do Niassa e de Cabo Delgado estão praticamente reduzidas a pequenas acções de sabotagem, em virtude do esforço inimigo na região da Barragem de Cabora Bassa, no distrito de Tete, onde a situação apresenta alguma instabilidade.

Desde a reorganização de 1960/61 que a ficou definida a 4ª RM com sede em Lourenço Marques, compreendendo 3 Comandos Territoriais.

A organização do comando seguiu a mesma sequência de Angola, apesar de ter passado, em 1967, por uma fase intermédia da criação de um CC Adjunto, culminará, como em Angola, por colocar todos os aspectos operacionais na dependência do CC, mantendo o



Comandante da RM as dependências administrativo-logísticas e de instrução, sob a alçada do CEME.

A guerra em Moçambique é em muito caracterizada pela personalidade do Gen Kaulza de Arriaga, CC desta província a partir de 1970. Este General dispunha de um modelo pré-concebido¹²⁵ que se fundamentava em valores políticos e ideológicos, não baseados na realidade regional, mas assentando numa concepção global das relações Este-Oeste. A sua forma de acção, tendo “subjacente a ideia de cruzada, de combate do bem contra o mal” enformou uma personalidade conflituosa e inflexível, que condicionou as relações entre o CC e os outros poderes na região, fossem eles o Governador-Geral, os órgão de informações, ou outros poderes de ordem interna e externa.

Após a sua tomada de posse, o Gen Kaulza de Arriaga, cria o COFI, Comando Operacional das Forças de Intervenção, órgão que planeia e supervisa acções de grande escala para expulsar o inimigo do território, e mais tarde o CODCB, Comando Operacional de Defesa de Cabora Bassa, para garantir a protecção e execução dos trabalhos de construção da barragem.

Em termos de organização territorial, Moçambique terá um desenvolvimento semelhante a Angola, mas a designação de Zona Operacional (ou de Operações) substituiu a de Zona de Intervenção. As alterações verificadas no dispositivo territorial¹²⁶ correspondem às ofensivas desenvolvidas pela FRELIMO, dado que quando se verificava uma ofensiva num distrito as acções nos outros deixavam de ter significado.

Em termos de pessoal¹²⁷ enviado pela Metrópole, verificou-se um significativo aumento de 1964 a 67 e, a partir daí uma manutenção relativa. Alcançou o seu valor máximo em 1973 com 23.891. O recurso à população nativa também se efectuou à semelhança de Angola. A partir de 1970, com a experiência ali recolhida, foram formados 84 GE. Em 1971 são formados 12 Grupos Especiais Pára-quedistas (GEP).



6. AS RELAÇÕES COM A OTAN

Portugal é um país fundador da OTAN, cuja constituição formal teve lugar em 04 de Abril de 1949, em Washington¹²⁸.

No ambiente geopolítico que se seguiu à II GG, a base da segurança ocidental assentava em dois vectores principais: o continente americano, com uma economia e tecnologia crescente, retaguarda com elevado potencial estratégico, e a Europa ocidental, linha da frente para defesa imediata e para a contenção da invasão soviética.

No entanto, para garantir a conveniente articulação destes dois vectores era necessário “reduzir” a distância que os separava. Neste aspecto a posição geoestratégica dos Açores assume particular importância, representando¹²⁹ a facilidade de ligação entre os dois continentes, e poderá ser vista como a principal razão para o convite a Portugal para integrar a OTAN¹³⁰. O interesse para que Portugal fizesse parte da Aliança era portanto evidente, sendo disto prova o permanente interesse pela manutenção do Acordo das Lages¹³¹.

A importância da Aliança para Portugal pode ser sintetizada nos seguintes pontos¹³²:

- A criação de uma alternativa à aliança com a Inglaterra.
- Aproximação aos EUA e a correspondente valorização da sua posição de charneira entre o continente Americano e o Europeu¹³³.
- Facilidade no contacto de técnicas, métodos e formas administrativas. Começando pelas Forças Armadas, esta acção alastrou-se a todas as esferas da sociedade.
- Permitiu a modernização da Forças Armadas e da estrutura de defesa. Portugal, como país neutro durante a II GG, não acompanhou a evolução de doutrinas, armamentos e tecnologias que são características de qualquer guerra e, mais ainda, de uma guerra ao nível global.

Por outro lado, esta ligação condicionou a política de defesa e a política militar, bem como a possibilidade de Portugal vir a constituir uma “zona não inserida”, orientada para África e para a América Latina.



A década de 50 marca uma elevada evolução das relações de Portugal na OTAN, em particular com os EUA.

Ainda em 1949 é assinado o “Mutual Defense Assistance Act”, que prevê um significativo apoio financeiro, e em Abril de 1950, o Comité de Defesa da Aliança aprova em Haia, o Plano de Defesa de Médio Prazo¹³⁴, constituindo a primeira versão de um plano de defesa a aplicar em caso de ataque por parte do Pacto de Varsóvia. Em 5 de Janeiro de 1951 é encaminhado para Portugal um Military Aid Advisory Group” (MAAG). O objectivo deste MAAG é supervisionar o fornecimento de equipamento e a formação de pessoal com vista ao cumprimento dos compromissos nacionais no âmbito do MTDP. A partir de 1952 o material começa a chegar em quantidade, mas a inexistência de pessoal especializado e a dificuldade em formá-lo, torna impossível aprontar os efectivos afirmados por Portugal. No final de 1954 ainda não estava pronta a primeira Divisão¹³⁵. Em 1957, o Quartel General da 3ªDiv participa num exercício de postos de comando, o “LION NOIR”, retomando uma colaboração efectiva com exércitos estrangeiros, situação que não se verificava desde a I GG¹³⁶.

A dificuldade de aprontamento dos compromissos assumidos por Portugal leva a que, no início da década de 60 se desenvolvem estudos sobre a possibilidade de redução dos encargos relativamente à OTAN, passando de Divisão para uma Brigada, com maior grau de prontidão¹³⁷. Esta Brigada deveria ter uma organização proposta pelo LANDCENT¹³⁸, caracterizada por uma maior capacidade de dispersão, imposta pela ameaça nuclear, e pela possibilidade de se tornarem mais autónomas através do aumento dos meios de apoio de serviços.

O contributo de uma década de participação na OTAN traduziu-se, para o Exército, na actualização das especialidades, concretização do quadros orgânicos de mobilização (QOM) e de tempo de paz (QOTP) e no levantamento de novos serviços e na autonomização de outros.

Para a Força Aérea, a relação com a OTAN foi bastante proveitosa, apesar da disparidade de meios entre o que estava planeado e o que foi realizado. Desde o princípio da sua criação, em



1952, a Força Aérea, recebeu um significativo apoio da Aliança em material e na formação de pessoal e, no final da década, rivalizava em qualidade com os seus parceiros europeus.

Para a Marinha a relação com a Aliança foi tão proveitosa como para os outros ramos mas os objectivos definidos foram bastante mais realistas, não evidenciando uma diferença acentuada entre o planeamento e a execução.

Em resumo na década de 50, a inserção na OTAN revestiu-se para Portugal numa modernização e evolução técnica em todos os ramos das Forças Armadas, quer em meios, quer em formação de militares. Para se ter uma ideia da qualidade e rentabilidade da formação recebida é de referir que, no final desta década, Portugal era solicitado pela Espanha para fornecer apoio técnico e organizacional. No entanto, apesar de significativo para Portugal, relativamente a outros países, o apoio militar americano era bastante inferior à média. No período de 1953 a 1961, Portugal recebeu apenas 4% do total da ajuda militar americana, metade da cedida à Noruega e 2/3 da fornecida à Dinamarca¹³⁹.

Até ao final desta década os encargos operacionais e os esforços do Exército orientam-se exclusivamente a fazer face aos nossos compromissos para com a Aliança, mas a partir de 1959 estes compromissos entram num período de estagnação. A prioridade do esforço passa a ser orientada para o Ultramar devendo, em relação à OTAN, “...evitar novos compromissos...mas honrar os já assumidos”¹⁴⁰.

Mas a reacção da OTAN, naturalmente liderada pelos Estados Unidos, em relação aos conflitos Ultramarinos, esteve longe de poder ser qualificada de apoio a um aliado. Com a tomada de posse da administração Kennedy, em 1959, a posição dos americanos relativamente à política para os movimentos de libertação africanos. A ideia americana era de que se não apoiassem estes movimentos, eles iriam procurar apoio à União Soviética. É nesta sequência que os EUA proíbem o uso em África de equipamentos fornecidos no âmbito do MDAP, tomam uma posição contra Portugal nas Nações Unidas e chegam mesmo a fornecer equipamentos à Frente Nacional de Libertação de Angola. Portugal, por sua vez, advoga que



não estando o Pacto de Varsóvia decidido a um ataque frontal à Europa, a URSS estaria a tentar efectuar um envolvimento por África. Esta argumentação não convence os parceiros aliados que mantêm a decisão de que os equipamentos da Aliança não são para utilizar *fora de área*.

No entanto, a partir da Crise do Suez, em 1956, onde os EUA se opõem politicamente a duas grandes potências europeias, a Inglaterra e a França, a posição dos americanos no sentido de garantirem a sua superioridade na definição das estratégias ocidentais é significativamente fortalecida. Esta situação virá a provocar o afastamento da França aos EUA e à OTAN¹⁴¹, com a conseqüente aproximação à República Federal Alemã. Este aspecto, associado com a aproximação destes dois países a Portugal, virá a ter conseqüências particularmente significativas na guerra que se aproxima. A França, pela situação da Argélia e a conseqüente preocupação com a situação no continente africano e pela necessidade de apoios e contactos políticos e a Alemanha, pela necessidade de possuir bases longe da linha de fronteira, onde fosse garantido o treino e apoio de retaguarda no caso de um ataque por parte do Pacto de Varsóvia, permitiram o estabelecimento de canais de apoio logístico que garantiram a alimentação das Forças Armadas Portuguesas durante grande parte da década de 60¹⁴². A Alemanha, pertencente à OTAN, procedia ao fornecimento de equipamento mediante um simples declaração portuguesa de que aquele se destinava aos fins previstos na Aliança, garantia que Portugal não hesitava em fornecer na medida em que, segundo a nossa visão, a defesa da Europa Ocidental passava necessariamente pela garantia da posse de África. O auxílio alemão veio a deteriorar-se a partir do final dos anos 60 quando, devido a evoluções políticas internas passou a ser exigido a Portugal que o equipamento fosse utilizado apenas dentro da zona de responsabilidade da OTAN.

A posição americana, e da OTAN, volta a sofrer uma alteração com a mudança para a administração Nixon, em 1962. Abandona a oposição activa mas mantém a decisão de não autorização de emprego em África dos meios da Aliança. A segunda metade da década de 60,



mais especificamente a partir de 1966, é marcada por uma reaproximação de Portugal à OTAN, mantendo no entanto a restrição de emprego dos meios¹⁴³. Esta posição irá manter-se até ao final da guerra, apesar da assinatura de um novo Acordo de utilização da Base das Lages, forçado em 1971, pelo governo de Marcelo Caetano, garantindo a concessão de importantes ajudas económicas e de material às forças que não estivessem directamente ligadas ao conflito Ultramarino.

Apesar de tudo, em 1973, Portugal é o único país que disponibiliza o uso das bases para apoio de Israel na Guerra do Yon Kippur, sendo nesta altura argumentado pelos representantes nacionais que os aliados que se revelam mais seguros têm restrições de acessibilidade ao fornecimento de equipamento.

7. CONCLUSÕES

O ambiente geopolítico que enforma a sequência de acontecimentos que originam o aparecimento dos conflitos ultramarinos é dominado pela tendência crescente dos movimentos de autodeterminação dos povos de África, devidamente apoiados pela estratégia indirecta desenvolvida pelas grandes potências, no sentido de poderem obter o controlo de espaços geoestratégicos importantes.

O crescente protagonismo que as novas nações africanas foram adquirindo nos *fora* internacionais, acentuaram as pressões políticas sobre os estados possuidores de colónias e incentivaram e estimularam o desenvolvimento e o aparecimento de novos movimentos independentistas.

Portugal, apesar de inserido numa aliança de defesa colectiva, viu-se confrontado com a falta de apoio das grandes potências que integravam a mesma, principalmente por parte dos EUA. Os EUA encontravam-se perante um dilema: ou apoiavam os seus aliados na manutenção do seu estatuto de potências colonizadoras, podendo sujeitar-se a ter de apoiar uma guerra interminável e sem resultados significativos, ou apoiava os movimentos independentistas



procurando garantir a adesão ideológica destes. A opção pela segunda solução, particularmente afirmada durante o período da presidência Kennedy, trouxe a Portugal dificuldades e custos acrescidos na condução da Guerra do Ultramar. Vendo os apoios americanos a serem negados e a relutância por parte da Inglaterra em contrariar a vontade americana, Portugal teve de voltar-se para a França que, por um lado, debatia-se com problemas coloniais semelhantes e, por outro, demonstrava uma tendência para não se submeter à gestão americana, e para a Alemanha que, assombrada pela possibilidade de ver as suas fronteiras invadidas pelo Pacto de Varsóvia, necessitava de bases à retaguarda. O aproveitamento destas duas situações foi de curial importância para a necessária alimentação do esforço de guerra português. Com a transição para a administração Nixon, a postura americana atenua-se, apesar de não autorizar o emprego dos meios fornecidos ao abrigo da OTAN em território africano, permite a concessão de apoios financeiros às Forças Armadas que, de forma indirecta, acabam por contribuir para o esforço de guerra. Esta alteração de postura aparece no momento certo pois a Alemanha, que até à tomada de posse de Willy Brant, no final da década de 60, exige apenas uma simples declaração de que os meios por eles fornecidos eram aplicados na garantia da segurança da Europa (pela visão portuguesa, o controlo de África era uma garantia da segurança da Europa), passa a ser mais exigente sobre o destino dos equipamentos fornecidos. É nesta enquadramento internacional que Portugal vai procurar garantir a integridade do império ultramarino, desenvolvendo um esforço de guerra em três frentes distintas, Angola, Guiné e Moçambique.

A evolução do conflito nos três TO é, de alguma forma, semelhante. Existe uma fase inicial onde se verifica o desenvolvimento da acção armada por parte dos grupos independentistas. Uma segunda fase onde Portugal começa a adaptar-se ao tipo de guerra desenvolvida e inicia a contenção da evolução da guerrilha¹⁴⁴. Estas fases são sensivelmente semelhantes nos três TO. Numa terceira fase há um diferente desenvolvimento nos TO de Angola e Moçambique, relativamente ao da Guiné. Enquanto que em Angola e Moçambique há uma extinção



progressiva da capacidade ofensiva da guerrilha, na Guiné, pela exiguidade do território e pelo volume de apoio externo fornecido à guerrilha¹⁴⁵, esta consegue alcançar um domínio significativo do território.

Das acções levadas a cabo nos três TO, salientam-se as que reconhecidamente trouxeram vantagens nítidas:

- A criação de um comando conjunto: Em todos os TO os CC colocaram sob a mesma alçada o comando operacional das três componentes, o que permitia uma maior coordenação e rentabilização de meios e um menor tempo de resposta. Em Angola, o Gen Costa Gomes integrou inclusivamente a acção das Forças de Segurança na acção das Forças Armadas, garantindo assim que o esforço era conjunto e coordenado sobre os mesmos objectivos.
- A criação de forças tarefa: constituição de forças conjuntas para fazer face a uma ameaça ou situação específica.
- A criação de um sistema de coordenação dos serviços de informações existentes: tornando o valor comum superior à soma dos valores das partes, na medida em que os serviços não forneciam apenas informações para o exterior, mas também entre eles rentabilizando a sua acção. A forma como Portugal reagiu ao acender do conflito, muito tem a ver com o facto das informações terem atempadamente alertado para a possibilidade de evolução nesse sentido.
- A criação de unidades e órgãos de acção psicológica e apoio social: antes, como agora, a capacidade para influenciar e prever a opinião pública revelou-se fundamental.
- A criação de forças especiais: apesar dos “Comandos” terem sido a única força nascida no seio da guerra, os Pára-quedistas e os Fuzileiros tiveram no seu desenvolvimento a mesma orientação. Os resultados obtidos por estas unidades dispensam qualquer argumentação sobre a vantagem que representaram. Ainda actualmente as solicitações no âmbito da Cooperação Técnico Militar, revelam o impacto que estas forças tiveram.



Actualmente, atendendo às novas missões atribuídas às Forças Armadas, à evolução dos compromissos assumidos na OTAN e na UE e ao envolvimento de Portugal na Cooperação Técnico-Militar com vários países africanos de língua oficial portuguesa, poderia ser de considerar a implementação de determinadas medidas que, anteriormente, já se revelaram bastante eficazes:

- Estabelecimento de um QG Conjunto permanente, integrando os três ramos das Forças Armadas e garantido a interoperabilidade de doutrinas e meios entre eles.
- A criação de uma célula que desenvolvesse o estudo e o planeamento de Acção Psicológica, podendo este ser integrado com o de actividades civis-militares (CIMIC).
- A criação de um organismo que procedesse à integração e coordenação de todos os serviços de informações, permitindo a conjugação dos esforços de pesquisa e garantindo a difusão atempada das informações pelas entidades que delas necessitam.
- Garantir a existência de um efectivo de Forças Especiais com capacidade para poder intervir onde e quando for do interesse nacional. Para além de, no passado terem demonstrado uma elevada eficácia, estas forças constituem por si só um elemento dissuasor de potenciais ameaças.

Ao terminar este estudo sobre a adaptação das Forças Armadas à Guerra do Ultramar, não poderemos deixar de citar as palavras de John P. Cann:

“Nenhuma outra mudança em tão grande
escala foi jamais tentada ou efectuada em
qualquer outra insurreição”



Notas:

- ¹ Como afirma ADRIANO MOREIRA “a Guerra improvável e a paz impossível”.
- ² KAÚLZA DE ARRIAGA, “Guerra e política” Edições Referendo, 1987, pp 35.
- ³ Ver Anexo A: Influência soviética em África.
- ⁴ De 14 de Agosto de 1941, proclama o direito dos povos disporem de si mesmos.
- ⁵ BACELAR, Maj Gen SÉRGIO, Guerra em África 1961-1974, Liga dos Amigos do museu Militar do Porto e Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2000, pp 36.
- ⁶ Ibidem.
- ⁷ Ibidem.
- ⁸ Ver Anexo B: Independências Africanas 55-60.
- ⁹ Preâmbulo do Decreto de 25 de Maio de 1911.
- ¹⁰ Por justaposição com as tropas insulares e coloniais ou Ultramarinas.
- ¹¹ Decreto de 25 de Maio de 1911.
- ¹² Ver Anexo C : Composição da Div 1910.
- ¹³ 1936 – 1939.
- ¹⁴ Lei 1960 de 01 de Setembro de 1937 e Decreto-Lei 28 401 de 31 de Dezembro de 1937.
- ¹⁵ Nesta época a aviação era integrada no Exército e na Armada, Aeronáutica do Exército e Aviação Naval.
- ¹⁶ Esta situação manter-se-á até ao final da II GG. Sofrerá uma regresso à situação anterior durante o período de 1946 a 1949, altura em que a responsabilidade da organização militar da Metrópole e do Ultramar volta definitivamente a ser centralizada no Ministério da Guerra. No entanto a responsabilidade da condução da política de defesa nacional cabia ao Governador, tendo subordinado um comandante militar.
- ¹⁷ Estado Maior do Exército, CECA, Resenha Histórico-militar das campanhas de África (1961-1974), 1º Volume, Lisboa 1988, pp 143.
- ¹⁸ Ver Anexo D : Exército metropolitano de 1937.
- ¹⁹ Extraído dum relatório do Subsecretário de Estado do Exército.
- ²⁰ Este arquipélago assumiu particular importância a partir do início da intervenção americana.
- ²¹ Este órgão era anteriormente designado por Secretariado-geral de Defesa Nacional. É o órgão de trabalho e estudo do Ministro da Defesa Nacional que não detinha Ministério. É chefiado pelo Chefe de Estado Maior General FA.
- ²² Nesta altura ainda apenas metropolitana. A extensão Ultramarina só se viria a verificar a partir da reorganização de 1956/57
- ²³ Parte deste grupo de oficiais é responsável pela “Abrilada” de 1961, onde, liderados pelo MDN Botelho Moniz, procuram inverter a estratégia nacional vigente.
- ²⁴ Na década de 50, Portugal afirmava-se com capacidade para mobilizar 10 DI, 2 para a defesa de Portugal Continental, 3 para a defesa conjunta dos Pirinéus e 5 para a OTAN e 1 Div Blindada, equipadas parcialmente.
- ²⁵ TP: orgânica de pessoal e material portuguesa, quadros de mobilização de 1951; TPA: orgânica portuguesa mas com equipamento português e americano; TA: orgânica americana, equipamento misto.
- ²⁶ Ministério da Defesa Nacional, Portugal e os 50 anos da Aliança Atlântica, 1949 – 1999, pp 87.
- ²⁷ A tendência para o exagero era geral no seio da OTAN, mas os efectivos avançados por Portugal seriam os mais irrealistas.
- ²⁸ MACEDO, Gen Ferreira de, Subsídios para o estudo do esforço militar português na década de 50 – Os compromissos com a OTAN, Volume I, 1988, pp 51.
- ²⁹ Também designada como Div SHAPE, CEP – do Corpo Expedicionário Português ou Div Nun’Álvares.
- ³⁰ 8 Companhias de Atiradores, 1 Bateria 10,5 e a Companhia Divisionária de Manutenção de Material (CDMM).
- ³¹ Atendendo a que apenas se levantaria uma Div, foi atribuído o número da RM em que esta se insere.
- ³² MACEDO, op.cit, pp 241.
- ³³ MACEDO, op.cit, pp 237.
- ³⁴ Ibidem.
- ³⁵ Já aqui se reconhece a emergência do reforço dos contingentes Ultramarinos.
- ³⁶ Ver Anexo E: Principais unidades do Exército Metropolitano de 1959.
- ³⁷ Ver Anexo F: Dispositivo Militar em 1959.
- ³⁸ Estado Maior do Exército, CECA, op.cit, pp 259 a276.
- ³⁹ Esta designação se manter apenas até 1962, sendo a partir daí designadas apenas por Caçadores.
- ⁴⁰ No capítulo 5. será mais desenvolvida a evolução destas unidades.
- ⁴¹ Os factores de ponderação eram a morfologia da região, a existência de infra-estruturas militares, a existência de pequenas povoações isoladas, cursos de água e barragens e as características das populações envolventes, devendo ser preferencialmente populações transmontanas, beirãs e ribatejanas. Informação verbal Ten-Gen Rino, Director IAEM, 21 de Novembro de 2000
- ⁴² 1938, data da constituição da Força Naval para Exercícios, primeira força que agrupa navios de diferentes características: 3 avisos, 6 contratorpedeiros, 2 torpedeiros, 3 submersíveis e uma força da Aeronáutica Naval, sob o comando de um capitão de mar e guerra, com a designação de comodoro.



- ⁴³ É em 1955 que é adoptada a designação de Chefe de Estado Maior da Armada (alguns autores defendem 1952), bem como a de Estado Maior da Armada em detrimento das de Comandante-Geral da Armada e Estado Maior Naval.
- ⁴⁴ Ver Anexo G: Organograma da Marinha, 1926.
- ⁴⁵ Ramo Naval e Ramo Marítimo.
- ⁴⁶ Criados em 1958 os Comandos Navais do Continente, Açores, Cabo Verde, Angola, Moçambique e Goa
- ⁴⁷ Criados em 1958 os Comandos de Defesa Marítima da Madeira, Cabo Verde, Guiné, S.Tomé, Macau e Timor.
- ⁴⁸ Ver Anexo H: Áreas Oceânicas da Responsabilidade dos Comandos Navais.
- ⁴⁹ Ver Anexo I: Relação de existências da Armada em 1926 e 1966.
- ⁵⁰ Também designado por Plano Naval do Almirante Magalhães Correia.
- ⁵¹ Ministério da Marinha, A Marinha Nos Últimos 40 Anos 1926-1966, pp34
- ⁵² A criação da Aviação Naval data de 28 de Setembro de 1917.
- ⁵³ Decorrente do “Mutual Defense Assistance Act” (MDAC), assinado em 1949.
- ⁵⁴ Ministério da Defesa Nacional, op.cit., pp 150-151.
- ⁵⁵ Dois destes a expensas exclusivamente portuguesas.
- ⁵⁶ 1.235 Oficiais e 13.145 sargentos e praças. Dados de Ministério da Marinha, A Marinha Nos Últimos 40 Anos, opcit, pp 278.
- ⁵⁷ DL nº 43 351 de 24 de Novembro de 1960.
- ⁵⁸ Ver Anexo J: Organização territorial da Metrópole de 1961.
- ⁵⁹ A partir desta data as colónias passam a ter uma organização territorial própria.
- ⁶⁰ Ver Anexo K: Classificação de Unidades.
- ⁶¹ Ver Anexo L: Unidades operacionais da 3ª Div.
- ⁶² DL 44 190 de 16 de Fevereiro de 1962.
- ⁶³ Ver Anexo M: Organização territorial da Metrópole de 1962.
- ⁶⁴ Criada em 1924, DL 10 094 de 16 de Setembro.
- ⁶⁵ Ver Anexo N: Existências na Aeronáutica do Exército e na Aviação Naval em 1951.
- ⁶⁶ Ver capítulo 6. As relações com a OTAN.
- ⁶⁷ Ministério da Defesa Nacional, op.cit, pp 247.
- ⁶⁸ A história do F 84 na Força Aérea Portuguesa, Mais Alto, nº 258, suplemento, Março-Abril de 1989.
- ⁶⁹ Subsídios para a história do PV 2 Harpoon na Força Aérea Portuguesa, Mais Alto, nº 271, suplemento, Maio-Junho de 1991
- ⁷⁰ Ver capítulo 6. Relações com a OTAN.
- ⁷¹ Ministério da Defesa Nacional, op.cit, pp 252.
- ⁷² A integração dos pára-quedistas na Força Aérea muito se deveu a Kaulza De Arriaga, na altura Secretário de Estado da Aeronáutica.
- ⁷³ Ver Anexo O: Mapa de Angola.
- ⁷⁴ Unidades destinadas à busca e destruição de inimigo referenciado pelas “tropas de quadrícula”.
- ⁷⁵ Ver Anexo P: Organização da 3ª RM segundo a reorganização de 60/61.
- ⁷⁶ Ver Anexo Q: Dispositivo militar em Angola em Fevereiro de 1961.
- ⁷⁷ Como por exemplo a Zona de Intervenção Leste, com sede no Luso. A distância a Luanda recomendou a criação de um Comando-Comunidade.
- ⁷⁸ Himba era o nome de código do exercício. Os aviões eram 6 C 54 Skymaster, 2 C 47 Dakota e 6 PV 2 Harpoon.
- ⁷⁹ ANICETO AFONSO e MATOS GOMES, Guerra Colonial, Editorial Notícias, 2000, pp 176.
- ⁸⁰ Ver Anexo R: Mapa da Guiné.
- ⁸¹ Ibidem.
- ⁸² Ver Anexo S: Mapa de Moçambique.
- ⁸³ Ver Anexo T: Organização da 4ª RM segundo a reorganização de 60/61.
- ⁸⁴ Ver Anexo U: Dispositivo militar em Moçambique em Fevereiro de 1961.
- ⁸⁵ A Zona de Intervenção Norte passou a ser designada por Zona Operacional de Tete.
- ⁸⁶ ANICETO AFONSO e MATOS GOMES, op.cit, pp 176.
- ⁸⁷ Anexo I: Relação de existências da Armada em 1926 e 1966.
- ⁸⁸ ANICETO AFONSO e MATOS GOMES, Guerra Colonial, Editorial Notícias, 2000, pp 389.
- ⁸⁹ Ministério da Marinha, op.cit, pp 48.
- ⁹⁰ Ministério da Marinha, op.cit, pp 139.
- ⁹¹ Decreto-Lei n. 43 515, de 24 de Fevereiro de 1961.
- ⁹² Alguns autores advogam o aparecimento dos Fuzileiros apenas em 1797, com a Brigada Real de Marinha.
- ⁹³ Decreto-Lei n.º 41 646.
- ⁹⁴ Particularmente na Guiné onde o PAIGC começou a utilizar minas aquáticas.
- ⁹⁵ DL 44 190 de 16 de Fevereiro de 1962.
- ⁹⁶ Ver Anexo V: Organização territorial da Metrópole de 1972.



- ⁹⁷ Conforme já foi referido em 4.1. as unidades de quadrícula incluíam forças de quadrícula e forças de intervalo e tinham como objectivo criar uma malha que garantisse a presença militar em todo o território Ultramarino.
- ⁹⁸ 440 fornecidos pelos EUA e 50 comprados por Portugal na Europa, por intermédio do NSC da OTAN.
- ⁹⁹ Ver Anexo X: Aquisições de aeronaves pela FAP, 1952 a 1970
- ¹⁰⁰ Estas deveriam ter uma densidade máxima de 1 Companhia/200 Km² ou por 2 a 3000 habitantes, muito embora na Argélia chegasse a ser por 10 Km².
- ¹⁰¹ As informações foram, em todos os exemplos, consideradas fundamentais para o sucesso de uma acção de contra-guerrilha.
- ¹⁰² ANICETO AFONSO e MATOS GOMES, op. Cit., pp 393.
- ¹⁰³ Apenas em Angola e Moçambique.
- ¹⁰⁴ Como é o caso da reorganização efectuada pelas CCaç, atrás referida.
- ¹⁰⁵ A instrução dos Comandos foi iniciada segundo orientações do fotógrafo italiano Dante Vachi, que tinha experiência das guerras da Argélia e Indochina.
- ¹⁰⁶ A 1^a CCmds recebeu o seu guião em 05 de Fevereiro de 1965. O seu comandante era o Capitão A. Gonçalves.
- ¹⁰⁷ Ibidem, pp 201.
- ¹⁰⁸ A 1^a Companhia de Fuzileiros Navais chega a Angola em Jun62.
- ¹⁰⁹ Ao nível do governo central esta integração de serviços, apesar de ter sido abordada e estudada, nunca chegou a ser implementada.
- ¹¹⁰ A organização dos sistemas de informação é devida ao Gen Venâncio Deslandes, primeiro Governador-Geral e CC das Forças Armadas em Angola.
- ¹¹¹ Por vezes eram caçadores que eram reintegrados/mobilizados para as Forças Armadas para constituir essas equipas que, em Moçambique, também foram conhecidas por “brigadas de caça”.
- ¹¹² MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola; FNLA, Frente Nacional de Libertação de Angola; UNITA, União Nacional para a Independência Total de Angola.
- ¹¹³ Ver Anexo Y: Evolução do dispositivo territorial em Angola.
- ¹¹⁴ DL 49 107 de 7 de julho de 1969.
- ¹¹⁵ Também designados por comandantes-adjuntos do CC.
- ¹¹⁶ Milícias, Polícias, Guardas Rurais, Forças Auxiliares, Flechas, Catangueses, etc.
- ¹¹⁷ Ver Anexo W: Evolução dos efectivos Ultramarinos.
- ¹¹⁸ Estado Maior do Exército, CECA, op.cit, pp 244.
- ¹¹⁹ Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde.
- ¹²⁰ Ver Anexo Z: Evolução do dispositivo territorial na Guiné.
- ¹²¹ ANICETO AFONSO e MATOS GOMES, op. Cit., pp 482.
- ¹²² Ver Anexo W: Evolução dos efectivos Ultramarinos.
- ¹²³ Estado Maior do Exército, CECA, op.cit, pp 244.
- ¹²⁴ A Frente de Libertação de Moçambique, FRELIMO, era a única organização com expressão no terreno.
- ¹²⁵ Designado “solução Kaulza de Arriaga”.
- ¹²⁶ Ver Anexo AA: Evolução do dispositivo territorial em Moçambique.
- ¹²⁷ Ver Anexo W: Evolução dos efectivos Ultramarinos.
- ¹²⁸ Os países signatários do Tratado de Bruxelas (Bélgica, França, Luxemburgo, Holanda e Reino Unido), juntamente com o Canadá e os EUA, convidam a Dinamarca, a Irlanda, a Itália, a Noruega e Portugal a participar na discussão para a criação de um pacto de defesa, que culmina na assinatura do Tratado.
- ¹²⁹ Ainda hoje um avião de transporte C 5 pode transportar três vezes mais carga se fizer escala nos Açores.
- ¹³⁰ Segundo o Prof. Nuno Severiano Teixeira, a única mesmo.
- ¹³¹ Os Americanos têm utilizado a Base das Lages ininterruptamente desde 28 de Setembro de 1944.
- ¹³² Ministério da Defesa Nacional, op.cit, pp 71.
- ¹³³ No final da II GG Salazar afirmava que “o centro da política mundial se vai deslocar para o Atlântico”.
- ¹³⁴ Medium Term Defense Plan (MTDP).
- ¹³⁵ O compromisso português era de disponibilizar 1 CE a 2 Divisões, porém o material recebido correspondia apenas a uma Div.
- ¹³⁶ Ministério da Defesa Nacional, op.cit, pp 209.
- ¹³⁷ Mantendo uma segunda brigada com um grau de prontidão idêntico ao que tinha a Div.,
- ¹³⁸ Na sequência da transição da estratégia da “retaliação maciça”
- ¹³⁹ Ministério da Defesa Nacional, op.cit, pp 92.
- ¹⁴⁰ Memorando do Conselho Superior de Defesa Nacional, assinado pelo ministro da Defesa, Agosto de 1959.
- ¹⁴¹ Virá a ser formalizada em Maio de 1966 na sequência da colocação de um comando OTAN em Lisboa, nesse ano, sob o comando de um Almirante americano, contrariamente às pretensões da Inglaterra que o reclamavam para o seu território.
- ¹⁴² A Alemanha permitirá a fabricação do armamento ligeiro, EspAut G 3, Pist WALTHER, ML MG 42 e a compra de veículos e aviões, DO 27, Noratlas e FIAT G 91, que sendo italiano foi comprado via Alemanha, e alguns



navios, lanchas e corvetas. Pela França serão adquiridos alguns veículos do Exército, os helicópteros Alouette e Puma, aviões Noratlas e T 6, utilizados na Argélia, e os submarinos e algumas fragatas.

¹⁴³ Em 1969 foram fornecidas as fragatas classe Almirante Pereira da Silva com o compromisso de apenas serem utilizadas em missões da Aliança. Estas fragatas eram, na altura, o mais sofisticado sistema de armas de Portugal.

¹⁴⁴ Esta segunda fase coincide com as nomeações dos Gen Costa Gomes, Spínola e Kaulza de Arriaga, para as funções de CC de Angola, Guiné e Moçambique, respectivamente.

¹⁴⁵ O apoio externo aumenta quando se torna evidente que a solução que o Gen Spínola preconiza para a Guiné, que se traduz genericamente por uma transição progressiva da administração pública para as mãos dos guienenses, não têm receptividade por parte do governo central.



BIBLIOGRAFIA

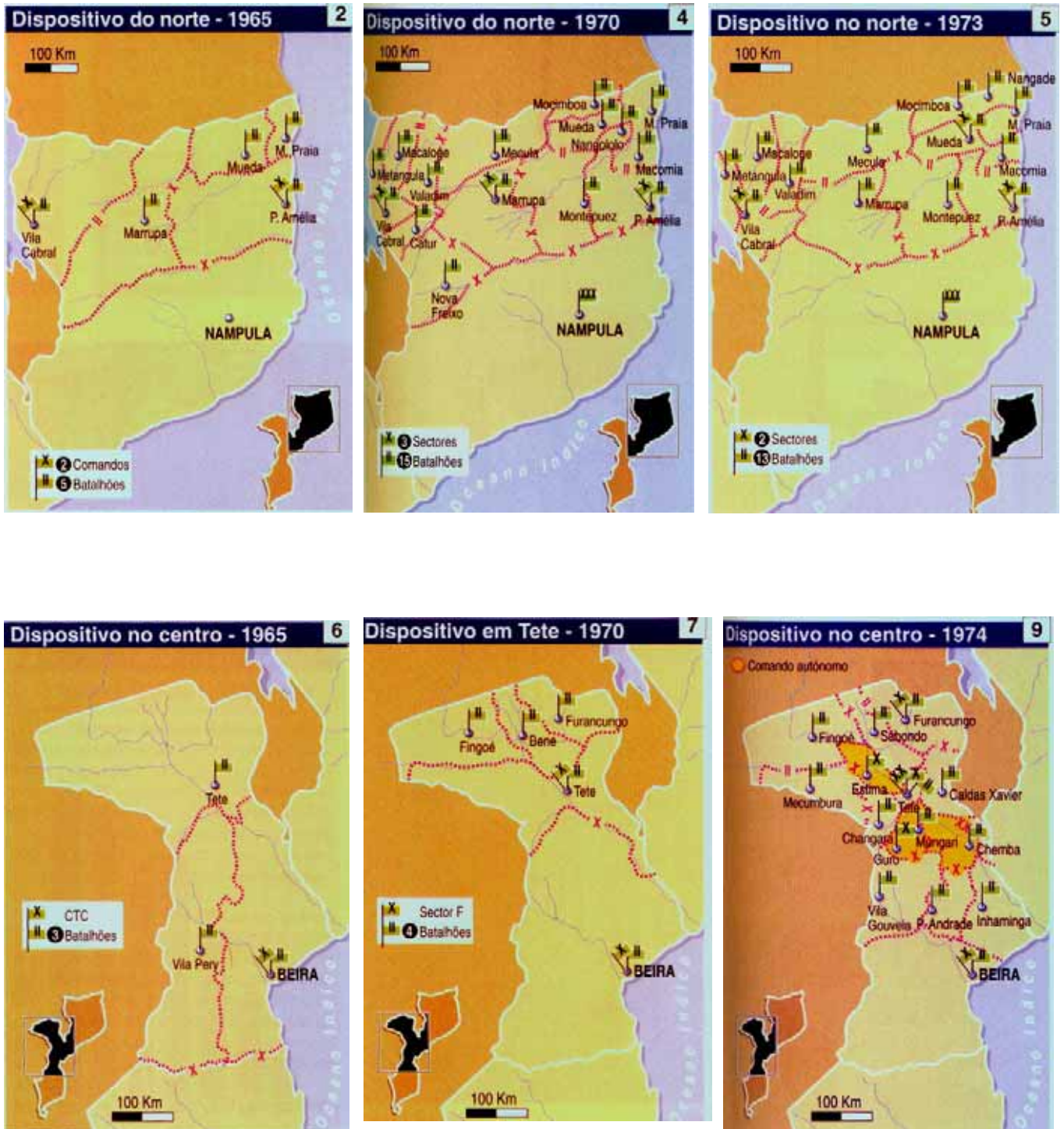
- AAVV, África a Vitória Traída, Editorial Intervenção
- ANICETO AFONSO e MATOS GOMES, Guerra Colonial, Editorial Notícias, 2000
- ANTUNES, José Freire, Kennedy e Salazar – o leão e a raposa, Difusão Cultural, 1991.
- ANTUNES, José Freire, Nixon e Caetano – Promessas e Abandono, Difusão Cultural, 1992.
- ANTUNES, José Freire, Jorge Jardim, Agente Secreto, Bertrand Editora, 1996.
- ARRIAGA, Kaúlza de, Guerra e política, Edições Referendo, 1987
 - ARRIAGA, Kaúlza de, A Defesa Nacional Portuguesa nos últimos 40 anos e no futuro, conferência proferida em Outubro de 1966 nas comemorações do XL Aniversário da revolução Nacional.
- BACELAR, Maj Gen SÉRGIO, Guerra em África 1961-1974, Liga dos Amigos do museu Militar do Porto e Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2000.
- CANN, John P., Contra-Insurreição em África 1961-1974, Edições Atena, 1998.
- ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, Resenha histórico-militar das Campanhas de África (1961-1974), CECA, 1º Volume, Enquadramento Geral, Lisboa, 1988.
- FORÇA AÉREA PORTUGUESA, A história do F 84 na Força Aérea Portuguesa, Mais Alto, nº 258, suplemento, Março-Abril de 1989.
- GARCIA, Francisco Proença, Guiné 1963-1974: Os Movimentos Independentistas, o Islão e o Poder Português, Comissão Portuguesa de História Militar e Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Lisboa 2000.
- HABICHT III, George C, Como se constituirão amanhã os Exércitos de hoje, Trabalho de História Militar, IAEM, CTEM 1985/86.
- INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES, Estudos sobre as Campanhas de África, Edições Atena, Março 2000.
- INSTITUTO DE DEFESA NACIONAL, Portugal na NATO 1949-1999, Nação e Defesa nº 89, Primavera 99, 2ª Série.
- MACEDO, Gen Ferreira de, Subsídios para o estudo do esforço militar português na década de 50, Os compromissos com a OTAM, volume I e II, Estado Maior do Exército, Lisboa, 1988.
- MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL, Portugal e os 50 anos da Aliança Atlântica, 1949-1959, Ministério da Defesa Nacional, 1999.
- MINISTÉRIO DA MARINHA, A Marinha Nos Últimos 40 Anos 1926-1966, 1966.
- OLIVEIRA, Júlio Faria Ribeiro de, IAEM, Trabalho Individual de longa Duração, CSCD 1984
- PEREIRA, Cap J.M.M., Crítica de Operações no Ultramar, Operações de Quadrícula e Forças de Intervalo, IAEM, Trabalho de Aplicação, Maio 1967.
- SPINOLA, António de, Portugal e o Futuro, Edições Arcádia.
- TELO, António José, Portugal e a NATO – O reencontro da tradição atlântica, Edições Cosmos, Lisboa, 1996.



ANEXOS



Anexo AA: Evolução do dispositivo territorial em Moçambique¹.



¹ ANICETO AFONSO e MATOS GOMES, op.cit.



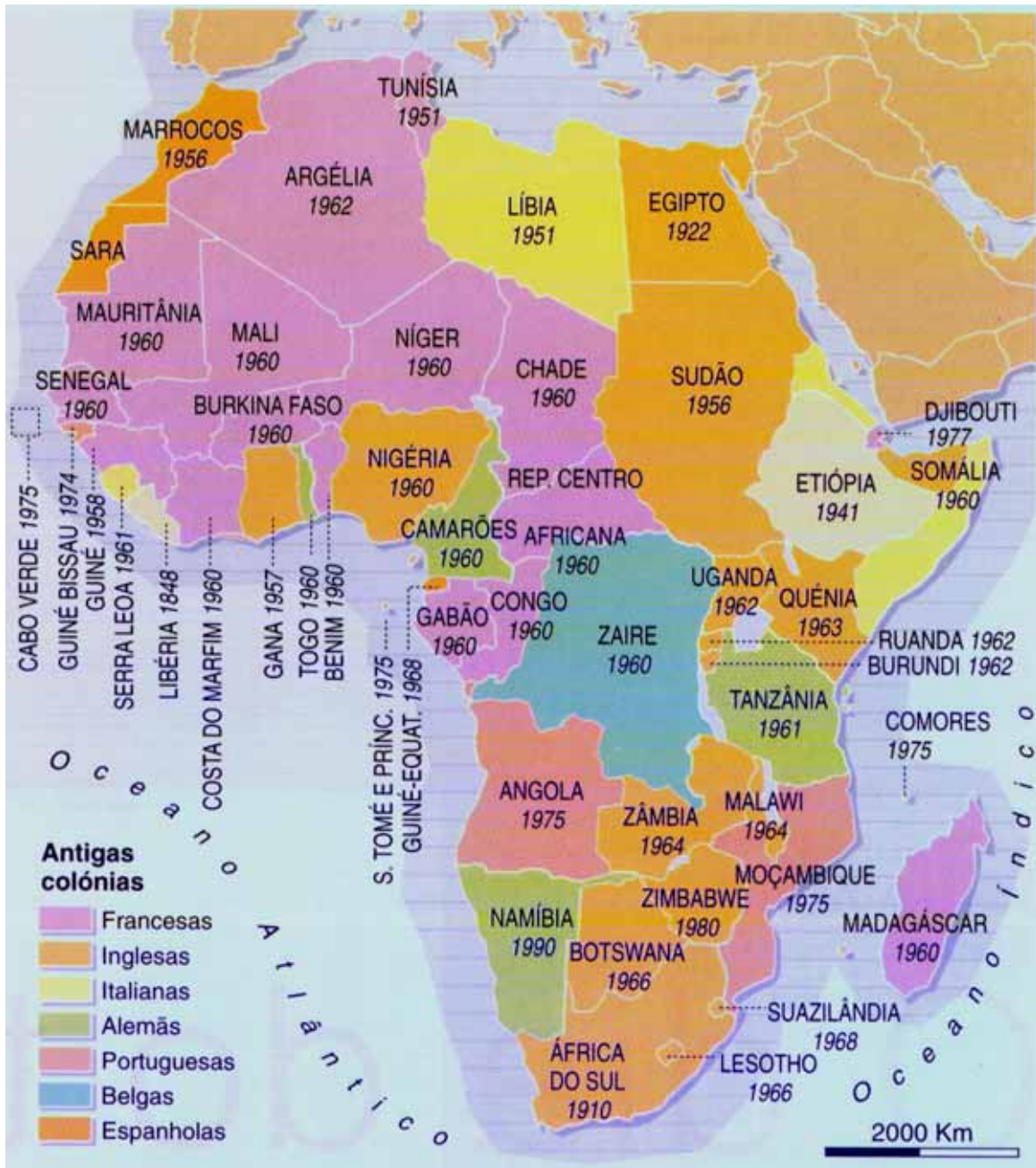
Anexo A: Influência soviética em África. Referida numa publicação americana no final de 1986¹.



¹ KAÚLZA DE ARRIAGA, “Guerra e política” Edições Referendo, 1987.



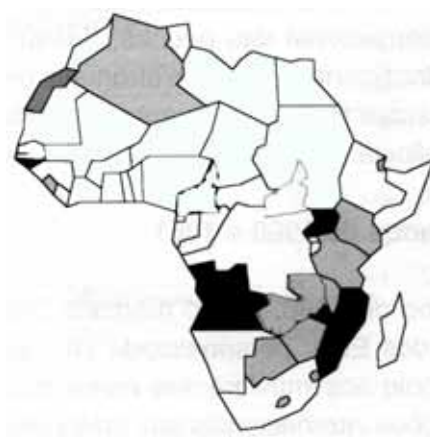
Anexo B: Independências Africanas 55 – 60.



Colónias em 1955



Colónias em 1961





Anexo C: Composição da Divisão de 1910¹.

- Quartel-General
- 4 Regimentos de Infantaria a 3 Batalhões
- 1 Grupo de Baterias de Metralhadoras
- 3 Baterias de Metralhadoras Independentes
- 1 Grupo de Artilharia montada a 2 Grupos de Baterias
- 2 Regimentos de Artilharia de Montanha a 3 Grupos de 2 Baterias
- 3 Baterias de Montanha Independentes
- 1 Regimento de Cavalaria a 3 Esquadrões
- 1 Brigada de Cavalaria
- 8 Companhias de Sapadores Mineiros
- 8 Companhias de Saúde
- 8 Companhias de Subsistência
- 8 Companhias de Equipagem
- 1 Companhia de Telegrafia sem fios
- 1 Companhia de Telegrafistas de Praça
- 1 Companhia de Aerosteios
- 8 Secções divisionárias de Pontes
- 8 Secções de Projectores
- 10 Secções de Telegrafistas
- 1 Parque de Pontes
- 1 Grupo de Caminhos de Ferro

¹ Estado Maior do Exército, CECA, op.cit.



Anexo D: Principais unidades do Exército Metropolitano de 1937, conforme Lei 1960 de 01Set37 e DL 28 401 de 31 Dec37¹.

- 16 Regimentos de Infantaria
- 10 Batalhões de Caçadores
- 3 Batalhões de Metralhadoras
- 1 Batalhão de Carros de Combate
- 2 Brigadas de Cavalaria a 2 Regimentos
- 3 Regimentos de Cavalaria
- 1 Regimento Motorizado
- 3 Regimentos de Artilharia Hipo
- 1 Regimento de Artilharia Ligeira Auto
- 1 Regimento de Artilharia Ligeira Montanha
- 1 Grupo Independente da Artilharia Ligeira de Montanha
- 2 Regimentos de Artilharia Pesada
- 1 Regimento de Artilharia de Costa
- 1 Grupo de Artilharia de Defesa Móvel de Costa
- 1 Grupo de Defesa Submarina de Costa
- 2 Baterias Independentes de Defesa de Costa
- 3 Grupos de Artilharia Contra Aeronaves
- 2 Regimentos de Engenharia
- 1 Batalhão de Telegrafistas
- 1 Batalhão de Pontoneiros
- 1 Batalhão de Sapadores de Caminhos de Ferro

¹ Estado Maior do Exército, CECA, op.cit.



Anexo E: Principais unidades do Exército Metropolitano de 1959¹.

- 16 Regimentos de Infantaria;
- 10 Batalhões de Caçadores;
- 3 Batalhões de Metralhadoras;
- 7 Regimentos de Cavalaria;
- 11 Regimentos de Artilharia (3 pesada, 1 de costa e 1 de anti-aérea fixa);
- 2 Grupos de Artilharia contra aeronaves;
- 2 Regimentos de Engenharia;
- 1 Grupo de Companhias de Trem Auto;
- 1 Batalhão de Telegrafistas;
- 1 Batalhão de Sapadores de Caminhos de Ferro;
- 2 Grupos de Companhias de Administração Militar;
- 2 Grupos de Companhias de Saúde;

Para além destas temos ainda as forças destinadas à 3ª Divisão, o QG, o Grupo Divisionário de Carros de Combate (GDCC), o Grupo de Carros de Combate (GCC) do RC 8, o Batalhão de Engenharia 3 (BEng 3), aquartelados no Campo de Instrução Militar de Santa Margarida² e o Batalhão de Transmissões 3 (BTms 3), em Tancos, e a Companhia Divisionária de Manutenção de Material (CDMM), do Entroncamento.

Esta listagem exclui as unidades de apoio logístico e sanitário bem como os estabelecimentos de instrução, prisionais e disciplinares.

¹ Estado Maior do Exército, CECA, op.cit, pp 143.

² Criado em 1951 por decisão do Gen Abranches Pinto, Ministro do Exército.

Anexo F: Dispositivo Militar na Metrópole em 1959¹.

Regiões e Comandos Militares	Unidades e estabelecimentos	Localização
1ª REGIÃO MILITAR	Quartel-General	Porto
	RI 6	Porto
	RI 8	Braga
	RI 9	Lamego
	RI 13	Vila Real
	RAL 5	Penafiel
	RAP 2	V. N. Gaia
	RC 6	Porto
	RE 2	Porto
	BCaç 3	Bragança
	BCaç 9	V. do Castelo
	BCaç 10	Chaves
	Bat Metralhadoras 3	Porto
	GACA 3	Espinho
	2º Grupo de Comp. de Adm. Militar Secretaria do	P. Varzim
	DRM 8	Braga
	Secretaria do DRM 9	Lamego
	Secretaria do DRM 13	V. Real
	Carreira de Tiro de Espinho	Espinho
	Hospital Militar Regional nº 1	Porto
Tribunal Militar Territorial do Porto	Porto	
Casa de Reclusão da 1ª RM	Porto	
Delegações Nº 6 e Nº 8 do LMPQF	Porto	
Sucursal da Manutenção Militar	Porto	
2ª REGIÃO MILITAR	Quartel-General	Coimbra
	RI 10	Aveiro
	RI 12	Coimbra
	RI 14	Viseu
	RAL 2	Coimbra
	RAP 3	F. Foz
	RC 5	Aveiro
	BCaç 7	Guarda
	Bat Metralhadoras 2	F. Foz
	2º Grupo de Companhias de Saúde	Coimbra
	Escola Central de Sargentos	Águeda

¹ Estado Maior do Exército, CECA, op.cit.



	Secretaria do DRM 10 Secretaria do DRM 12 Secretaria do DRM 14 Hospital Militar Regional nº 2 Tribunal Militar Territorial de Viseu Casa de Reclusão da 2ª RM Delegação nº 5 do LMPQF Sucursal da Manutenção Militar	Aveiro Coimbra Viseu Coimbra Viseu Viseu Coimbra Coimbra
3ª REGIÃO MILITAR	Quartel-General Quartel-General da 3ª Divisão RI 2 RI 7 RI 15 RAL 4 RC 8 BCaç 1 BCaç 2 BCaç 6 GACA 2 Batalhão de Sap. de C. Ferro (C. I.) Campo de Instrução Militar GDCC GCC do RC 8 BEng 3 BTm 3 CDMM Escola Prática de Engenharia Secretaria do DRM 2 Secretaria do DRM 7 Secretaria do DRM 15 Hospital Militar Regional Nº 3 1ª Companhia Disciplinar Delegação Nº 3 do LMPQF Sucursal da Manutenção Militar	Tomar Sta. Margarida Abrantes Leiria Tomar Leiria C. Branco Portalegre Covilhã C. Branco Torres Novas Entroncamento Sta. Margarida Sta. Margarida Sta. Margarida Sta. Margarida Tancos Entroncamento Tancos Abrantes Leiria C. Branco Tomar Penamacor Tomar Entroncamento
4ª REGIÃO MILITAR	Quartel-General Comando Militar da Praça de Elvas RI 3 RI 4 RI 16 RAL 3	Évora Elvas Beja Faro Évora Évora



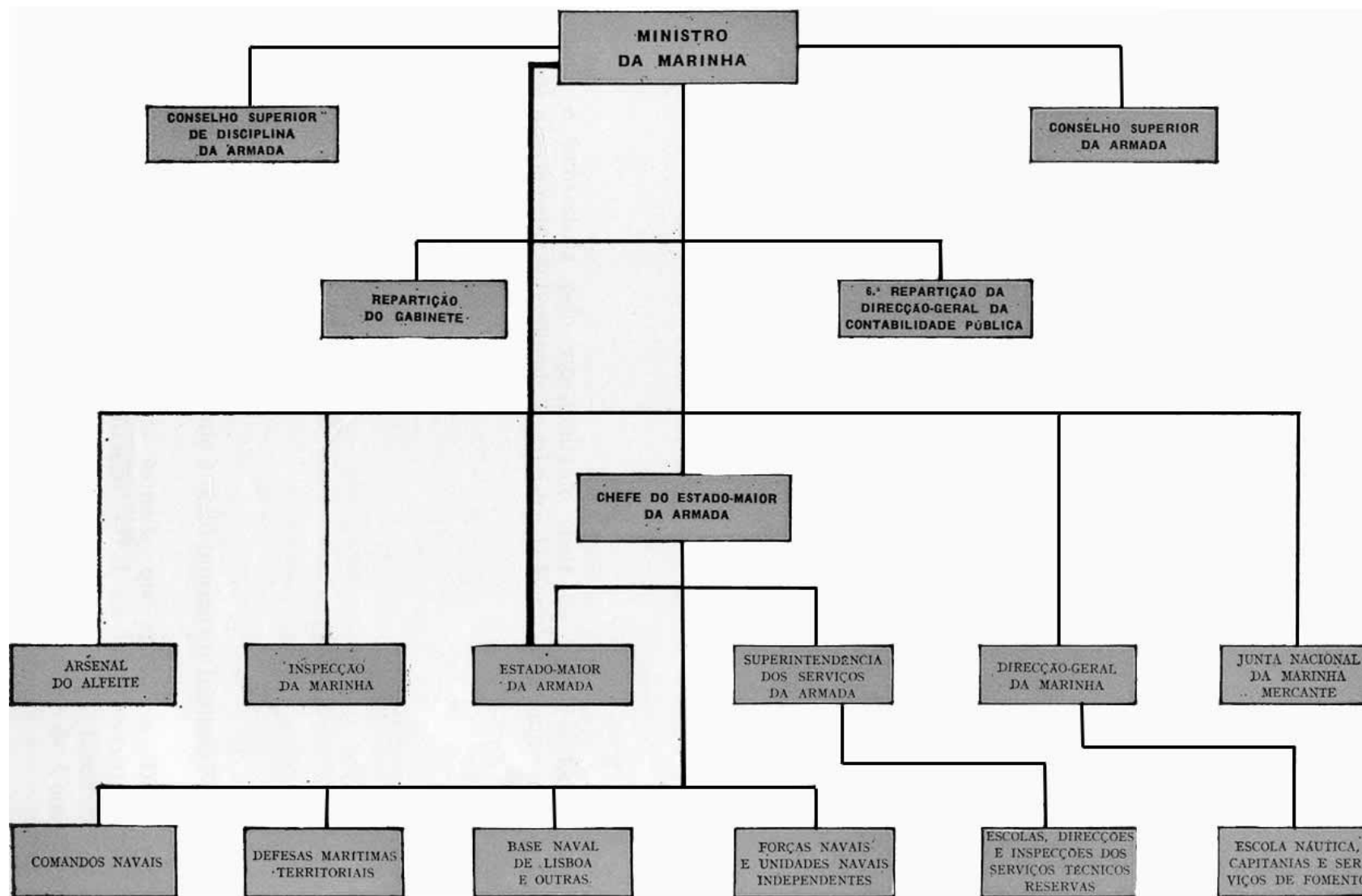
	<p>RL 1 RC 3 BCaç 4 BCaç 8 Escola Prática de Artilharia Centro de Instrução de Sarg. Mil Inf. Secretaria do DRM 3 Secretaria do DRM 4 Secretaria do DRM 16 Hospital Militar Regional N° 4 Hospital Militar da Praça de Elvas Depósito Disciplinar Delegação N° 4 do LMPQF Sucursal da Manutenção Militar</p>	<p>Élvas Estremoz Lagos Elvas Vendas Novas Tavira Beja Faro Évora Évora Elvas Elvas Évora Évora</p>
<p>GOVERNO MILITAR DE LISBOA</p>	<p>Quartel-General RI 1 RI 5 RI 11 RAL 1 RA 6 RAP 1 RAC RAAF RL 2 RC 7 REng 1 BCaç 5 Bat Metralhadoras 1 GACA 1 Batalhão de Telegrafistas Batalhão de Sapadores de C. Ferro Grupo de Comp de Trem-Auto 1° Grupo de Companhias de Saúde 2° Grupo de Comp de Adm. Militar Companhia de Adidos do GML Instituto de Altos Estudos Militares Escola do Exército Escola Prática de Infantaria Escola Prática de Cavalaria Escola Prática de Adm Militar Escola do Serviço de</p>	<p>Lisboa Lisboa C. Rainha Setúbal Lisboa Santarém Sacavém Oeiras Queluz Lisboa Lisboa Lisboa Lisboa Lisboa Cascais Lisboa Lisboa Lisboa Lisboa Lisboa Lisboa Lisboa Lisboa Lisboa Lisboa Lisboa Lisboa Lisboa Lisboa</p>



	Saúde Militar Escola Militar de Electromecânica Escola de Transmissões Campo de Tiro da S. da Carregueira Campo de Tiro de Art de Alcochete Centro Militar de Ed Física, Equitação e Desportos Secretaria do DRM 1 Secretaria do DRM 5 Secretaria do DRM 11 Hospital Militar Principal Hospital Militar de Doenças Infecto-Contagiosas Hospital Militar Veterinário Supremo Tribunal Militar 1º Tribunal Militar Territorial de Lisboa 2º Tribunal Militar Territorial de Lisboa Presídio Militar Casa de Reclusão do GML Destacamento Misto do Forte de Almada Destacamento Misto do Forte do Alto do Duque	Lisboa Paço d'Arcos Lisboa S. da Carregueira Alcochete Mafra Lisboa Santarém Setúbal Lisboa Lisboa Lisboa Lisboa Lisboa Lisboa Lisboa Santarém Trafaria Almada Lisboa
COMANDO MILITAR DOS AÇORES	Quartel-General Batalhão Independente de Infantaria 17 Batalhão Independente de Infantaria 18 Grupo de Artilharia de Guarnição Bateria Independente de Defesa de Costa 1 Secretaria do DRM 17 Secretaria do DRM 18	Ponta Delgada A. do Heroísmo Ponta Delgada Ponta Delgada Horta A. do Heroísmo Ponta Delgada
COMANDO MILITAR DA MADEIRA	Quartel-General Batalhão Independente de Infantaria 19 Bateria Independente de Defesa de Costa 2 Secretaria do DRM 19	Funchal Funchal Funchal Funchal

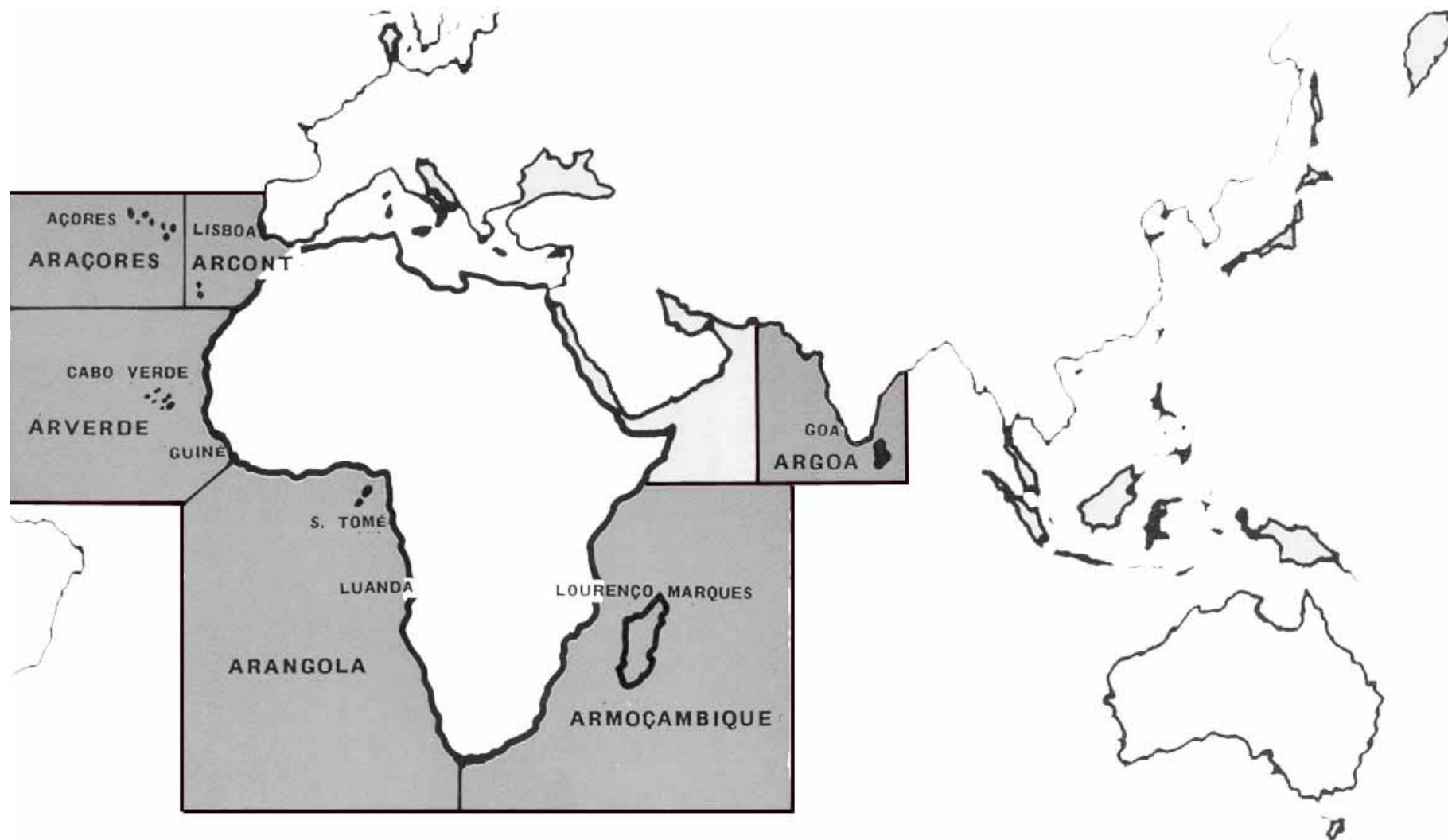


Anexo G: Organograma da Marinha, 1926.





Anexo H: Áreas Oceânicas da Responsabilidade dos Comandos Navais.





Anexo I: Relação de existências da Armada em 1926 e 1966.

Existências em 1926

- 03 cruzadores, que apesar das sucessivas reparações não detinham qualquer valor militar.
- 03 navios hidrográficos.
- 05 contratorpedeiros.
- 04 torpedeiros, tipo costeiro.
- 16 canhoneiras
- 04 submersíveis costeiros, no limite do tempo de serviço.
- 03 lanchas canhoneiras
- 02 navios-escola
- 03 navios de transporte
- 01 pequeno lança-minas
- 01 pequeno navio oceanográfico
- 01 pequeno navio auxiliar
- 01 lancha de fiscalização
- 01 navio de salvação

Existências em 1966

9 Fragatas

- Pêro Escobar - 1600 toneladas, velocidade máxima, 32 nós. 2 peças de 76 mm, 2 de 40 mm, 2 “squids”, 1 reparo triplo lança-torpedos, 2 calhas lança-bombas.
- 2 da classe Diogo Cão, - “Diogo Cão” e “Corte Real” - 2100 toneladas. Velocidade máxima, 24 nós. 2 peças de 127 mm, 10 de 40 mm, 2 Ouriços, 2 morteiros, 2 calhas lança-bombas.
- 2 da classe Diogo Gomes – “Diogo Gomes” e “Nuno Tristão” - 2450 toneladas. Velocidade máxima, 18 nós. 2 peças de 101,6 mm, 6 de 40 mm, 2 “squids” duplos.
- 4 da classe Álvares Cabral, - “Álvares Cabral”, “Pacheco Pereira”, “Vasco da Gama”, e “D. Francisco de Almeida” - 2580 toneladas. Velocidade máxima, 19 nós. 4 peças de 101,6 mm, 6 de 40 mm, 1 ouriço, 4 morteiros e 2 calhas lança-bombas
- 1 contratorpedeiro “Vouga” - 1588 toneladas. Velocidade máxima, 36 nós. 2 peças de 120 mm, 5 de 40 mm, 3 de 20 mm, 1 “squid”, 2 calhas lança-bombas e 1 reparo quádruplo lança-torpedos.



1 aviso de 1ª classe – “Bartolomeu Dias” - 2475 toneladas. Velocidade máxima, 21 nós. 4 peças de 120 mm, 2 de 76 mm, 8 de 20 mm, 4 morteiros e 2 calhas lança-bombas.

1 corveta – “Cacheu” - 700 toneladas.

3 submarinos da classe Narval, - “Narval”, “Nautilo” e “Neptuno” - 726 toneladas.

Velocidade máxima à superfície, 14, nós; em imersão 8 nós. 1 peça de 101,6 mm e 6 tubos lança-torpedos

14 Patrulhas

- 6 da classe Príncipe – “Príncipe”, “Madeira”, “Sal”, “Santiago”, “S. Tomé”, e “S.

Vicente” - 357 toneladas. Velocidade máxima, 19 nós. 1 peça de 40 mm, 3 de 20 mm, 4 morteiros e 2 calhas lança-bombas.

- 8 da classe Maio – “Maio”, “Porto Santo”, “S. Nicolau”, “Brava”, “Fogo”, “Boa Vista”, “Stº Antão” e “Stª Luzia”, - 400 toneladas. Velocidade máxima, 18,7 nós. 2 Peças de 40 mm, 2 de 20 mm, 1 Ouriço, 4 Morteiros e 2 calhas lança-bombas.

16 Draga-minas

- 4 da classe S. Jorge – “S. Jorge”, “Corvo”, “Pico” e “Graciosa” - 790 toneladas.

Velocidade máxima, 11 nós. 1 peça de 40 mm. Rocegas magnética e acústica.

- 4 da classe S. Roque – “S. Roque”, “Rosário”, “Lagoa” e “Ribeira Grande,, - 450 toneladas. Velocidade máxima, 15 nós. 1 peça de 40 mm e 2 de 20 mm. Rocegas magnética e acústica.

- 8 da classe Ponta Delgada – “Ponta Delgada”, “Angra do Heroísmo”, “Vila do Porto”, “Santa Cruz”, “Horta”, “Lajes”, “Velas” e “S. Pedro” - 402 toneladas. Velocidade, 14 nós (máxima). 2 peças de 20 MM. Rocegas magnética e acústica.

2 caça-minas da classe Faial – “Faial” e “Santa Maria” - 780 toneladas. Velocidade máxima, 13 nós. 1 peça de 76 mm, 3 de 20 mm, morteiros e 2 calhas lança-bombas, lança-arames e 2 calhas lança- -Minas.

35 Lanchas de Fiscalização

- 5 da classe Azevia – “Azevia”, “Bicuda”, “Corvina”, “Dourada” e “Espadilha - 260 toneladas. Velocidade máxima -17 nós. 2 peças de 20 mm.

- 8 da classe Belatrix – “Belatrix”, “Canopus”, “Deneb”, “Espiga”, “Fomalhaut”, “Altair”, “Rigel” e “Polux” - 28 toneladas. Velocidade máxima, 15 nós. 1 peça de 20 mm.

- 2 da classe Antares – “Antares” e “Regulus” - 26 toneladas. Velocidade máxima, 18 nós. 1 peça de 20 mm.



- 10 da classe Argos – “Argos”, “Dragão”, “Escorpião”, “Pégaso”, “Cassiopeia”, “Hidra”, “Lira”, “Oríon”, “Centauro” e “Sagitário” -150 toneladas. Velocidade máxima 17,5 nós. 2 peças de 40 mm.
- 6 da classe Júpiter – “Júpiter”, “Vénus”, “Marte”, “Mercúrio”, “Saturno” e “Urano” - 45 toneladas. Velocidade máxima, 18 nós. 2 peças de 40 mm.
- 1 da classe Tete - a “Tete” - 90 toneladas. Velocidade máxima, 7 nós. 2 peças de 47 mm e 2 metralhadoras.
- 1 da classe Rio Minho – “Rio Minho” - 13,5 toneladas. Velocidade máxima, 9 nós. 2 metralhadoras.
- 1 da classe Castor – “Castor” - 25 toneladas. Velocidade máxima 13,5 nós. 1 peça de 20 mm.
- 1 da classe Algol – “Algol” - 25 toneladas. Velocidade máxima, :13,5 nós.

46 Lanchas de desembarque

- 4 da classe grande – LDG – 480 toneladas. Velocidade máxima 10,5 nós.
- 26 da classe média - LDM - 65 toneladas. Velocidade máxima 9,5 nós.
- 16 da classe pequena - LDP - 17,5 toneladas. Velocidade máxima, 9,5 nós.

1 navio-escola - ,Sagresa - Veleiro. 1869 toneladas. Velocidade máxima a motor 10 nós.

1 navio petroleiro – “S. Gabriel” - 9000 toneladas. Velocidade máxima 17 nós. Carga líquida, 7500 toneladas

2 navios de apoio logístico:

- “S. Brás” - 7375 toneladas. Velocidade máxima, 13 nós.
- “S. Rafael” - 1220 toneladas. Velocidade máxima, 12 nós.

5 navios hidrográficos

- “Pedro Nunes” - 2000 toneladas. Velocidade máxima 16,5 nós, 1 peça de 120 mm e 4 de 20 mm.
- “Almirante Lacerda” - 816 toneladas. Velocidade máxima 16 nós. 1 peça de 76 mm e 2 de 20 mm.
- “Carvalho Araújo” - 1350 toneladas. Velocidade máxima 16 nós. 1 peça de 76 mm e 4 de 20 mm.
- “Afonso de Albuquerque”¹ - 2300 toneladas.
- “Salvador Correia” - 704 toneladas.

1 navio balizador “Almirante Schultz” - 538 toneladas. Velocidade máxima 11,5 nós.

¹ Recebeu o nome do aviso afundado por fragatas indiana em águas de de Goa.



1 canhoneira “Diu” - 500 toneladas. Velocidade máxima 13 nós. 2 peças de 75 mm e 2 de 47 mm.

1 navio-depósito “Santo André” (ex-navio-escola Sagres).

Como material auxiliar, a Armada dispõe ainda de:

2 rebocadores de 110 toneladas.

1 barça a motor para abastecimento de combustíveis líquidos.

1 barça-cisterna a motor para abastecimento de água

Encontram-se em construção:

3 fragatas da classe Almirante Pereira da Silva²:

“Almirante Pereira da Silva”, “Almirante Gago Coutinho”, e “Almirante Magalhães Correia” - 1950 toneladas. Velocidade máxima, 25 nós. 4 peças de 76 mm, de efeito duplo, 2 morteiros quádruplos “Bofors” e 2 reparos triplos lança-torpedos A/S.

4 fragatas da classe Comandante João Belo:

“Comandante João Belo”, “Comandante Hermenegildo Capelo”, “Comandante Roberto Ivens” e “Comandante Sacadura Cabral” - 2180 toneladas. Velocidade Máxima 26 nós. 3 peças de 100 mm e 2 de 40 mm. 2 reparos triplos lança-torpedos A/S.

4 submarinos de classe Albacora: “Albacora”, “Barracuda”, “Cachalote” e “Delfim” - 1040 ton. 12 tubos lança-torpedos.

3 lanchas de fiscalização da classe “Alvor” - 2 ton. Vel máx 13 nós. 1 peça de 20 mm.

3 lanchas de fiscalização da classe “Belatrix II” - 34 ton. Vel máx, 12 nós. 1 peça de 20 mm.

4 lanchas pequenas “LDP” - 17,5 toneladas. Velocidade máxima 9,5 nós.

Encontram-se em estudo de projecto:

1 navio balizador, s. n. - 920 toneladas. Velocidade máxima 15 nós.

4 lanchas de fiscalização da classe Cacine: “Cacine”, “Cunene”, “Mandovi” e “Rovuma” - 300 toneladas. Velocidade máxima 20 nós. 2 peças de 40 mm.

2 lanchas de fiscalização da classe “Dom Aleixo”: “Dom Aleixo” e “Dom Jeremias” - 55 toneladas. Velocidade máxima 16 nós. 1 peça de 20 mm.

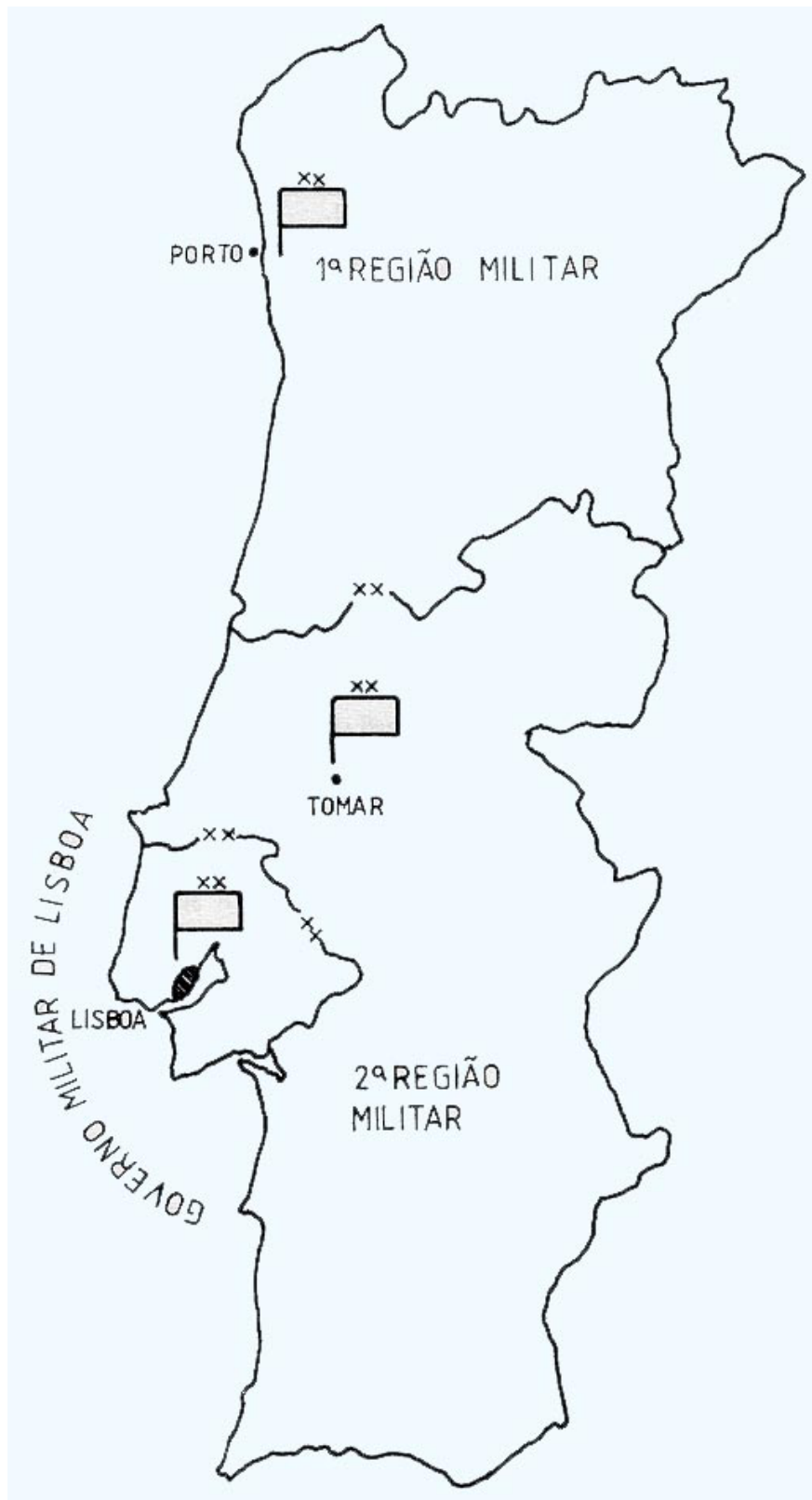
6 corvetas, s. n. - 1350 toneladas. Velocidade máxima, 21 nós. 1 peça de 76 mm, 1 de 40 mm e 1 Ouriço.

Estão ainda previstas mais 4 lanchas de fiscalização, ainda sem características determinadas.

² Disponíveis nos últimos anos da década.



Anexo J: Organização territorial da Metrópole de 1961, definida pelo DL 43 351 de 24Nov60.



Anexo K: Classificação das unidades, anexo à circular 34/OR da 3ª Rep/EME de 17Jan61¹.

RI 1	CIE de Infantaria	1 CAAt + 1 Pel. AP
RI 2	UOP	1/3 de RI; 1/3 de C. Reempl.
RI 3	CIB	2 Pel. de Defesa Interna
RI 4	Un. de efectivos reduzidos	--
RI 5	CIB	2 Pel. de Defesa Interna
RI 6	CIE de Infantaria	1 CAAt. + 1 Pel. AP
RI 7	UOp	1/3 do RI
RI 8	CIB	2 Pel. de Defesa Interna
RI 10	CIB	2 Pel. de Defesa Interna
RI 11	Un. de efectivos reduzidos	--
RI 12	CIE de Saúde	1 CAAt
RI 13	CIB	2 Pel. de Defesa Interna
RI 14	CIE de Infantaria	1 CAAt. + 1 Pel. AP
RI 15	UOp	1/3 do RI
RI 16	CIE de Infantaria	1/3 Cmd. e C. Cmd. Div.; 1 CAAt. + 1 Pel. AP; Banda.
B. Caç. 1	Un. de efectivos reduzidos	--
B. Caç. 5	CI Caç. (Base e Esp.) + UOp.	1 ou 2 Caç.
B. Caç. 6	CIB	2 Pel. de Defesa Interna
B. Caç. 8	CIB	2 Pel. de Defesa Interna
B. Caç. 9	Un. de efectivos reduzidos	--
B. Caç. 10	CI Caç. (Basc+Esp.)+UOp.	1 ou 2 C. Caç.
RAL 1	CIE de Art. (8,8 e 14) e do Svç Relg	1 Btr. de 8,8
RAL 2	CIE de Escriturários	1 Btr. de 10,5
RAL 3	Un. de efectivos reduzidos	--
RAL 4	UOp	1 GAC de 10,5; 1 Btr. de 7,5
RAL 5	CIE de Artilharia (7,5)	1/3 Cmd. e 1 Btr. Cmd. AD, Btr. de 10,5
RAP 1	CIE de SvçMat	--
RAP 2	CIE de Art (11,4 e 14) + UOp	1/3 de GAC de 14
RAP 3	CIE de Art (10,5) (Base e Esp.) + UOp	1 Btr. de 14
RAAF	CI de AAA (4 e 9,4)	2 Btr. AAA
GACA 2	UOp.	1/3 de GAAA de 4 cm
GACA 3	CIB	2 Pel. Defesa Interna
RAC	CIE de Art. Costa + UOp.	
RL 1	Un. efectivos reduzidos	--
RL 2	CI de PM (Basc+Esp.)+UOp.	2 Esq. PM (9 Pel.)
R. Cav. 3	CIE de Cav. (Rec.)	1 ERec.
R. Cav. 6	UOp (reduzida)	1 ERec.

¹ Estado Maior do Exército, CECA, op.cit.

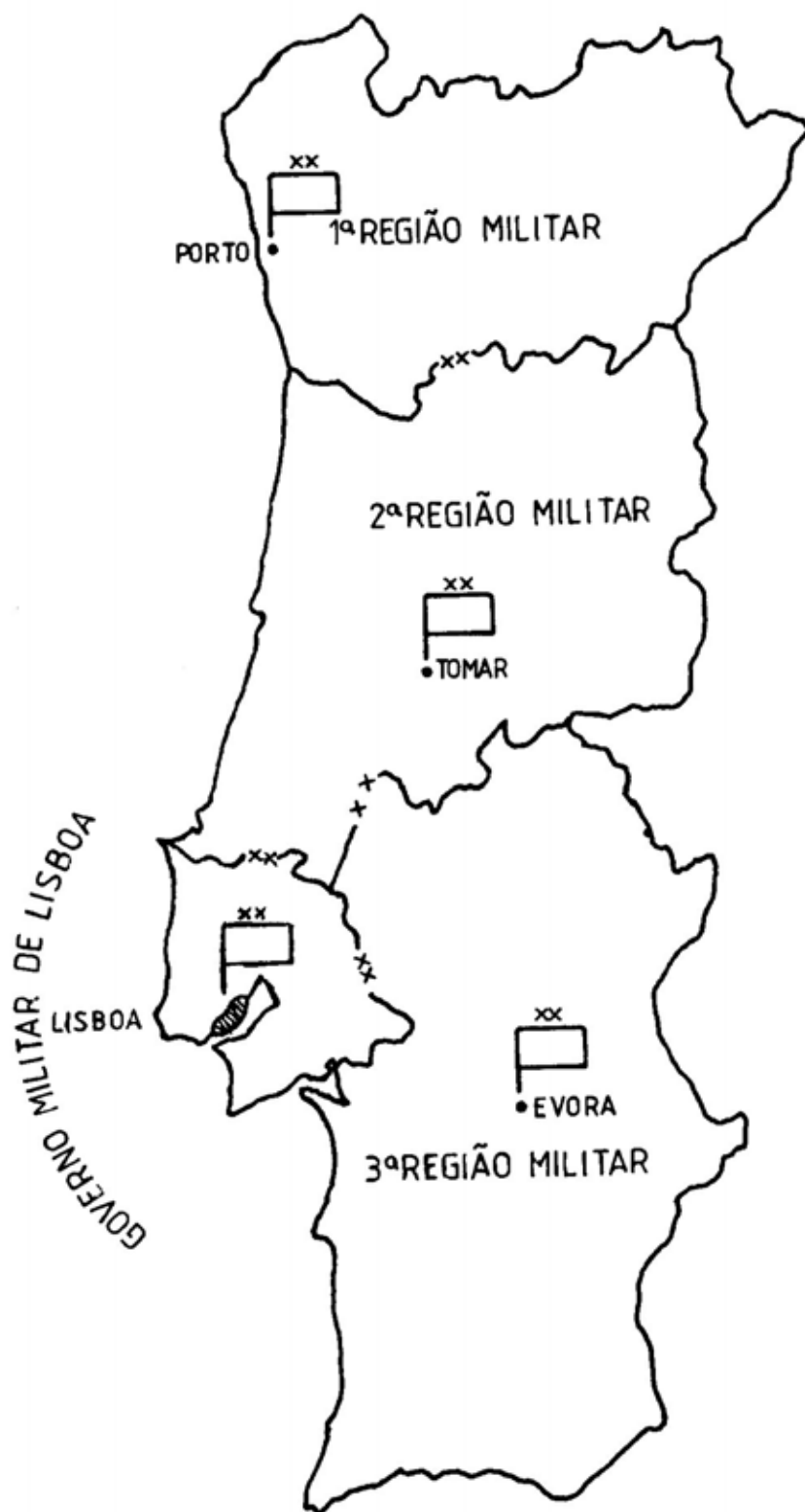
Anexo L: Unidades operacionais da 3ª Divisão, circular da 1ª Rep/EME de 01Mar61¹.

SubUn Div	Un Mobiliz	Contingente anual
Cmd. 3ª Divisão	QG/3ª Div.	
Cmp. Cmd. Div.	RI 15	
1º RI	RI 2	1/3 Cmd. e CCmd.; 1/3 CSvc.; 1/3 CMortP; 1 BI, 1/3 CRecomp
2º RI	RI 7	Idem RI 2 (- CRecompl)
3º RI	RI 15	Idem RI 2 (-CRecompl.) + 1/3 Cmd e CCmd. Div, e Banda
Cmd. BtrCmd. AD	RAL 4	1/3 Cmd. e CCmd. da AD + GAC 10,5
3 GAC 10,5	RAL 4	
GAC 14 cm	RAP 2	1/3 Cmd. e BtrCmd.; 1/3 BtrSvc e 2 Btr 14 cm
GAAA 4 cm	GACA 2	1/3 GAAA
GDCC	GDCC	1/3 Cmd. e EsqCmd.; 1/3 EsqSvc e 2 ERec
ERCC	RC 8	1 ERec e 2 ECC
ECC Regimentais	RC 8	
BEng	BEng 3	2/3 BEng.
BTms.	BTms 3	1 BTms
CDMM	CDMM	1 CDMM
BSanit	1º GCSS	1/3 Cmd. e CCmd.; 1/3 CAutoMaca; 1/3 CPS
CIntendência	2º GCAM	1 CIntendência
CPM	RL 2	1 CPM
CALTG	GCTA	--
DIA	HMV	1 DIA
CRecompl.	RI 2	--
Banda	RI 15	--

¹ Estado Maior do Exército, CECA, op.cit.



Anexo M: Organização territorial da Metrópole de 1962, definida pelo DL 44 1909 de 16Fev62¹.



¹ Estado Maior do Exército, CECA, op.cit.

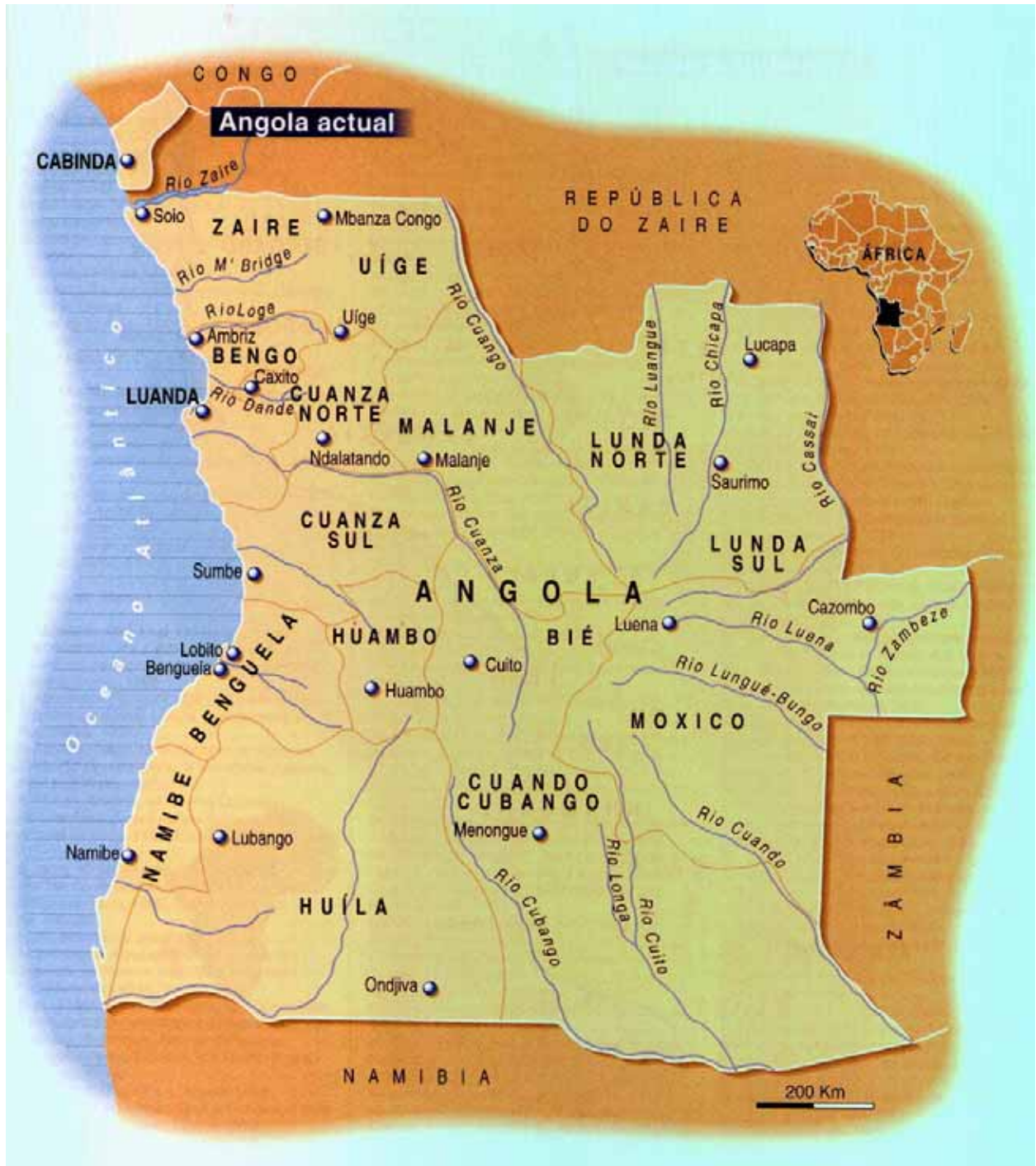


Anexo N: Existências na Aeronáutica do Exército e na Aviação Naval em 1951.

Aeronáutica do Exército	BA 1 Sintra	BA 2 OTA	BA 3 Tancos	BA 4 Lages	GIAC Espinho	CGAM	TOTAL
Hurricane	22		56		25		103
Spitfire		76					76
T-6 Harvard	17	4	3		2		26
Lysander			8				8
Tiger Moth	49						49
Oxford	4						4
Anson	3	1	1		2	2	9
Junkers JU 52		10					10
Douglas C 54				3			3
Boeing SB 17				5		1	5
Douglas C 47							1
Aviação Naval	---	---	---	---	---	---	---
Grumman G 21							12
Oxford							9
Beech D 18							6
SNJ 4							6
Beech AT 11							9
Beaufighter							15
Helldiver							24

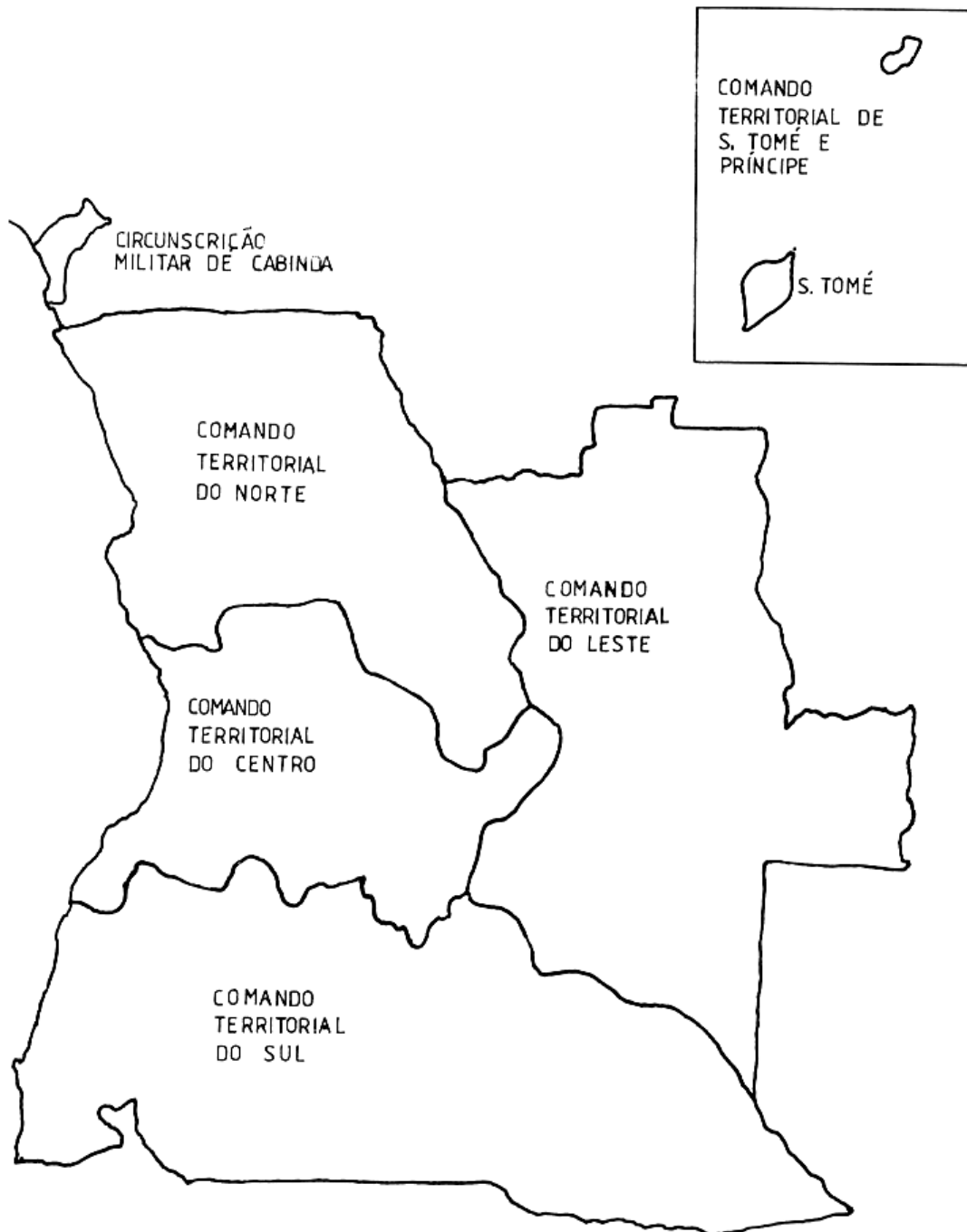


Anexo O: Mapa de Angola.





Anexo P: Organização da 3ª Região Militar segundo a reorganização de 60/61¹.



¹ Estado Maior do Exército, CECA, op.cit.



Anexo Q: Dispositivo militar em Angola em Fevereiro de 1961¹.

Quartel General da 3ª Região Militar, em Luanda

Unidades de guarnição normal:

Regimento de Infantaria de Luanda, com:

- 1 Companhia de Caçadores, em V. H. Carvalho;
- 1 Companhia de Caçadores, em Sto. António do Zaire;
- 1 Batalhão de Caçadores Eventual, em Malange (apenas elementos administrativos);

Regimento de Infantaria de Nova Lisboa, com 1 Companhia de Caçadores, no Lobito;

Regimento de Infantaria de Sá da Bandeira, com

- 1 Companhia de Caçadores, em Vila Roçadas;

Batalhão de Caçadores nº 1, em Cabinda, com:

- 1 Companhia de Caçadores, no Dingo;
- 1 Companhia de Caçadores, em Chiaca;

Batalhão de Caçadores nº 3, em Carmona, com:

- 1 Companhia de Caçadores, em Nóqui;
- 1 Companhia de Caçadores, em Maquela do Zombo;

Grupo de Reconhecimento de Angola (Dragões), em Silva Porto, com:

- 1 Esquadrão de Reconhecimento, em Luanda;

Escola de Aplicação Militar de Angola, em Nova Lisboa;

3 Grupos de Artilharia de Campanha, em Luanda, Nova Lisboa e Sá da Bandeira;

Batalhão de Engenharia, em Luanda;

Depósito de Material de Guerra de Angola, em Luanda;

Depósito de Material de Intendência de Angola, em Luanda;

Centro de Recrutamento e Mobilização de Luanda;

Centro de Recrutamento e Mobilização de Nova Lisboa;

Centro de Recrutamento e Mobilização de Sá da Bandeira;

Depósito Disciplinar de Angola, em Forte Roçadas;

Casa de Reclusão de Angola, em Luanda;

Tribunal Militar Territorial de Angola, em Luanda;

Unidades de reforço, metropolitanas:

1ª CCaç Especiais, em Cabinda;

2ª CCaç Especiais, no Toto;

3ª CCaç Especiais, em Malange;

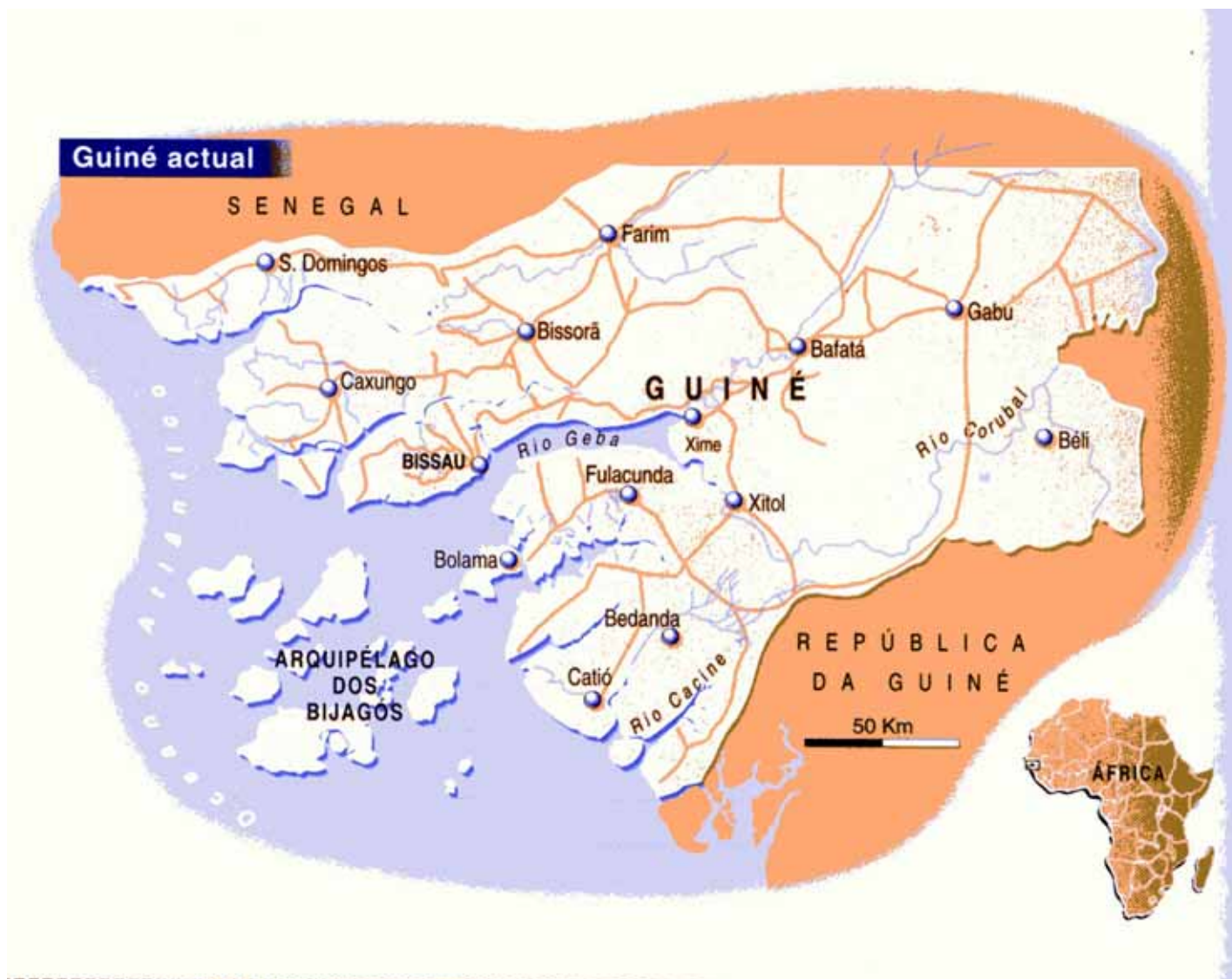
4ª CCaç Especiais, em Luanda;

CPM 233, em Luanda;

¹ Estado Maior do Exército, CECA, op.cit.



Anexo R: Mapa da Guiné.



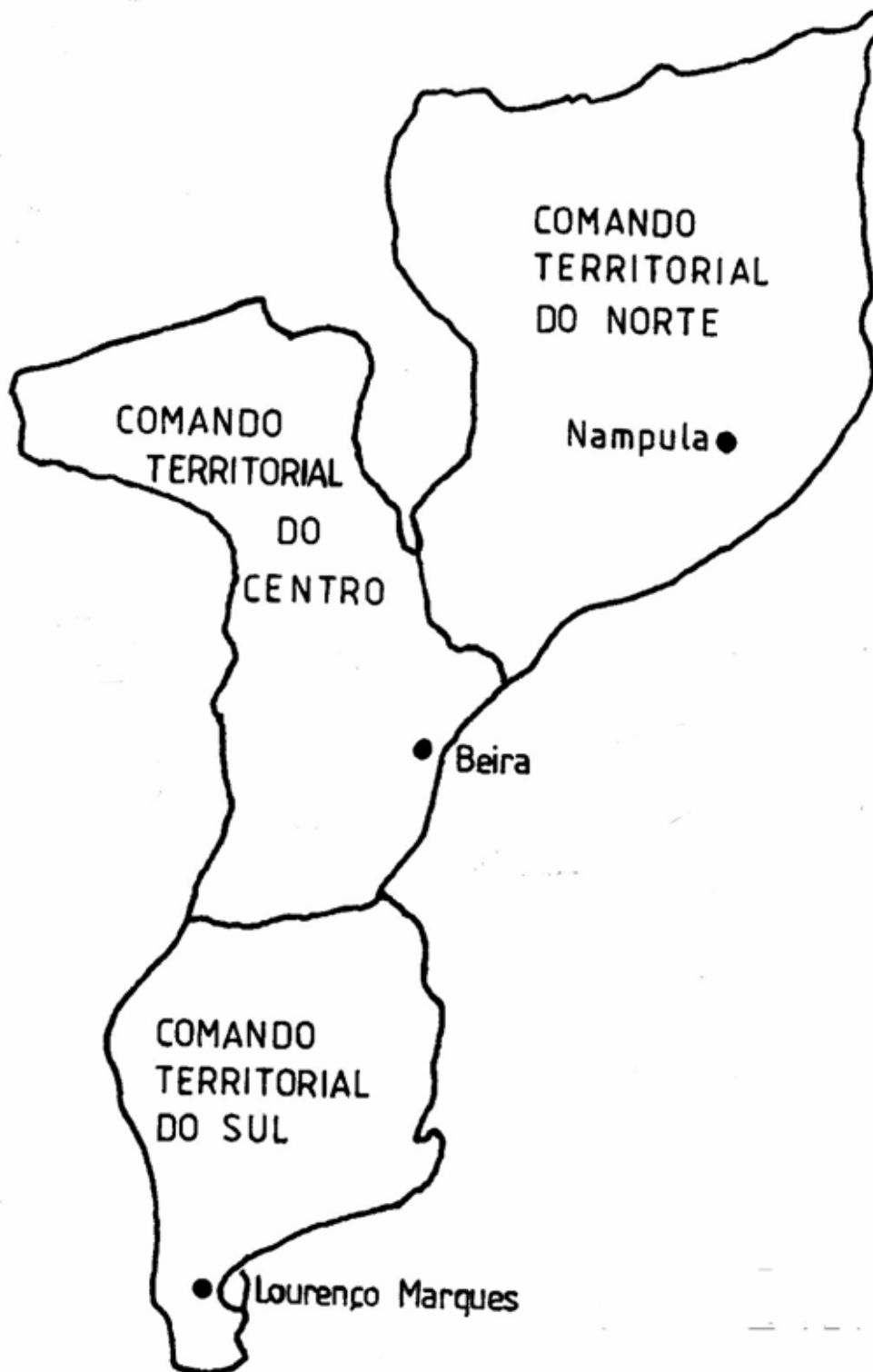


Anexo S: Mapa de Moçambique.





Anexo T: Organização da 4ª Região Militar segundo a reorganização de 60/61¹.



¹ Estado Maior do Exército, CECA, op. cit.



Anexo U: Dispositivo militar em Moçambique em Fevereiro de 1961¹.

Quartel-General da 4ª Região Militar, em Lourenço Marques;

Comando Territorial do Norte, em Nampula:

- Batalhão de Caçadores de Nampula;
- Batalhão de Caçadores de Porto Amélia (em organização);
- Grupo de Artilharia de Campanha de Nampula;
- Companhia de Caçadores de Quelimane;
- Companhia de Caçadores de Vila Cabral;
- Companhia de Caçadores de Mocímboa da Praia (em organização);
- Companhia de Caçadores de Marrupa (em organização);
- Companhia de Caçadores de Milange (em organização);
- Centro de Recrutamento e Mobilização de Nampula;

Comando Territorial do Centro, na Beira:

- Batalhão de Caçadores da Beira;
- Companhia de Caçadores de Tete.
- Companhia de Caçadores de Mutarara;
- Companhia de Caçadores de Vila Gouveia;
- Companhia de Caçadores de Vila Manica;
- Bateria de Artilharia de Campanha da Beira;
- Centro de Recrutamento e Mobilização da Beira;

Comando Territorial do Sul, em Lourenço Marques:

- Batalhão de Caçadores de Boane;
- Batalhão de Caçadores de Lourenço Marques;
- Grupo de Artilharia de Guarnição de Lourenço Marques;
- Grupo de Reconhecimento de Moçambique (Dragões), em Lourenço Marques;
- Batalhão de Engenharia, em Lourenço Marques;
- Companhia de Caçadores de Inhambane;
- Escola de Aplicação Militar de Moçambique, em Boane;
- Companhia de Saúde (em organização), em Lourenço Marques;
- Companhia de Intendência (em organização), em Lourenço Marques;
- Depósito de Material de Guerra de Moçambique, em Lourenço Marques;
- Depósito de Material de Intendência de Moçambique, em Lourenço Marques;
- Centro de Recrutamento e Mobilização de Lourenço Marques;
- Depósito Disciplinar de Moçambique, na Xefina;
- Casa de Reclusão de Moçambique, em Lourenço Marques;
- Tribunal Militar Territorial de Moçambique, em Lourenço Marques.

¹ Estado Maior do Exército, CECA, op cit.



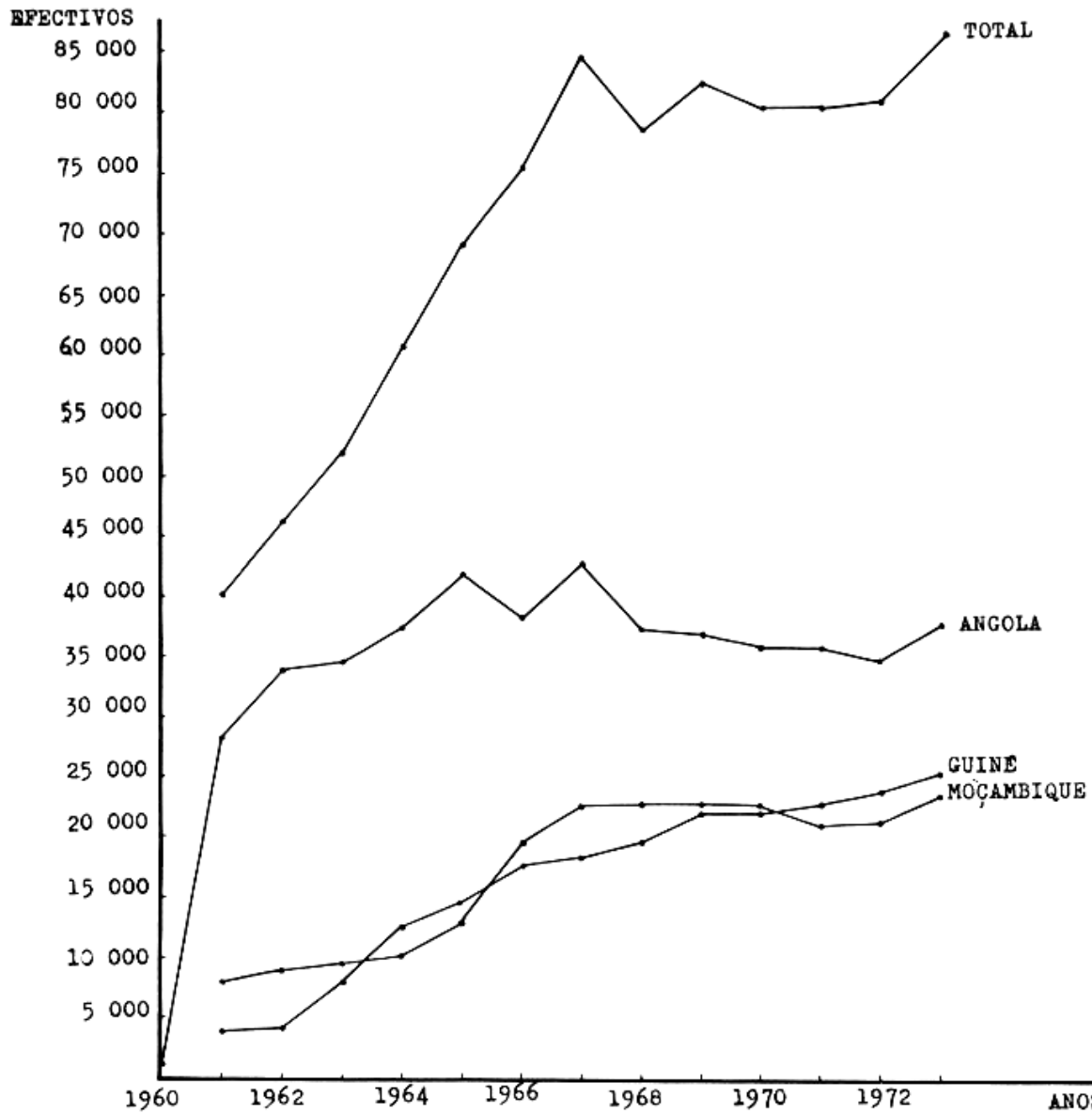
Anexo V: Organização territorial da Metrópole de 1972¹.



¹ Estado Maior do Exército, CECA, op cit.



Anexo W: Evolução dos efectivos ultramarinos¹.



Em 1973, Portugal tinha 204.000 homens em armas, dos quais 150.000 nos três teatros de operações africanos, integrando uma percentagem de 30% de africanos

¹ Estado Maior do Exército, CECA, op cit.

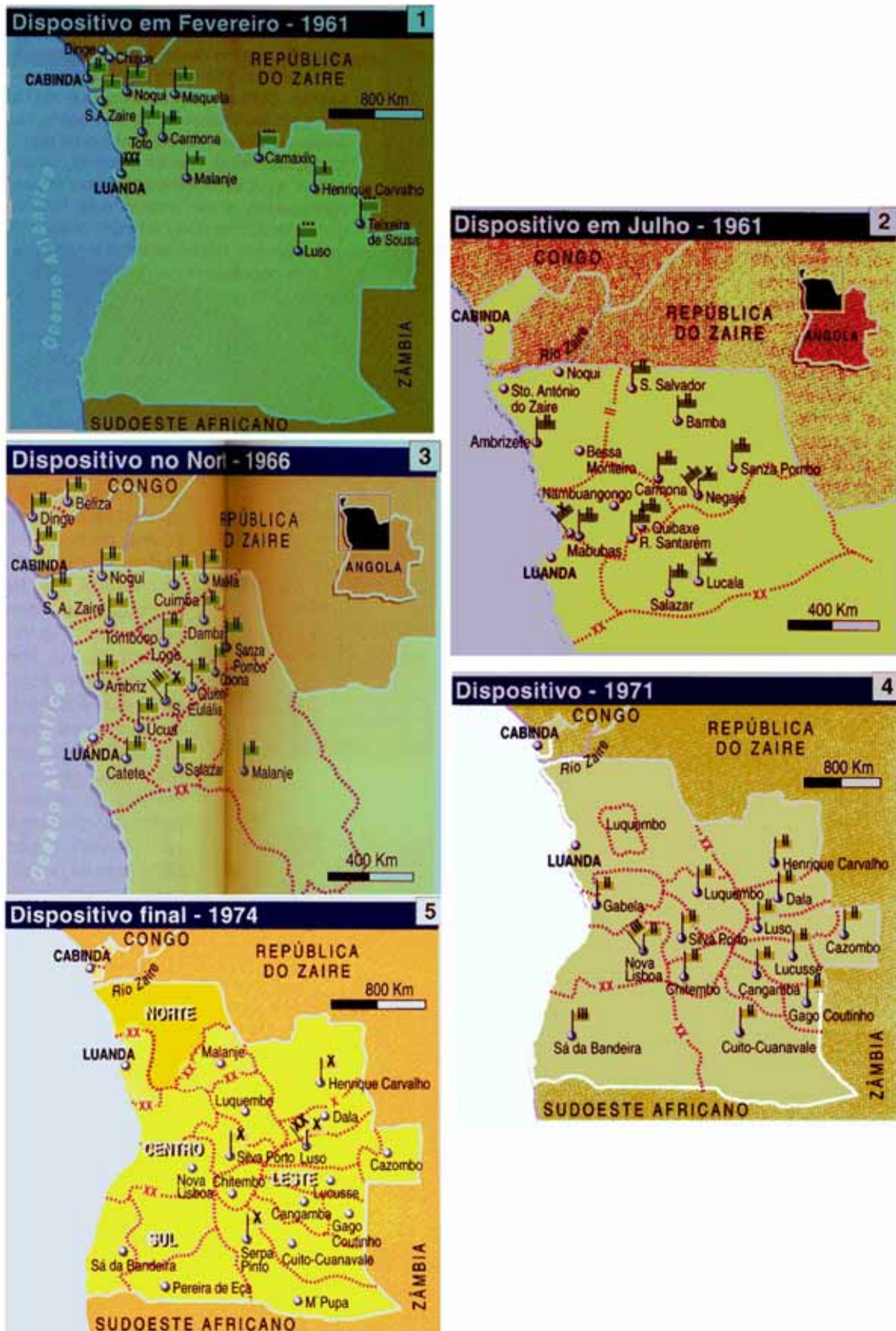


Anexo X: Aquisições de aeronaves pela FAP, 1952 a 1970.

Ano	Quant	Aeronave (Fabricante/Modelo/Versão)	Tipo
1952	2	De Havilland DH 115 Vampire	Ligeiro
	76	De Havilland (OGMA) DHC-1 Chipmunk	Transporte
	13	Beech C-45 H Expeditor III-N	Caça
	50	Republic F-47D Thunderbolt	
1953	30	Lockheed T-33 A	Instrução
	125	Republic F-84 G Thunderjet	Caça
1954	3	Grumman AS - 16 A Albatross	Transporte
	34	Lockheed PV-2 Harpoon	Bombardeiro
	1	Sikorsky UH-19 A	Helicóptero
	27	Piper PA-18 (L-21 A/B) Super Cub	Ligeiro
1958	65	North American F-86F Sabre	Caça
	7	Sud Aviation SE 3130 Alouette II	Helicóptero
	30	North American Harvard T-6	Instrução
1959	15	Canadair T-33 NA Silver Star	Instrução
	1	Hunting Jet Provost T-2 B	Instrução
	2	Lockheed RT-33 A	Instrução
1960	31	Nord 2502/2501, D Noratlas	Transporte
	12	Lockheed P2V-5 (SP-2-E) Neptune	Bombardeiro
1961	99	Auster D 4/108 (OGMA D5/160)	Ligeiro
	133	Dornier Do 27 (A1/A3/A4)	Ligeiro
	4	Max-Holste MH 1521-M Broussard	Ligeiro
	14	Amiot A AC-1 Toucan (JU-52, versão francesa)	Transporte
	10	Douglas DC-6 A/B	Transporte
1963	142	Sud Aviation SE 3160 Alouette III	Helicóptero
	30	Cessna T-37 C	Instrução
1965	74	CCF North American Harvard IV (T-6)	Instrução
1966	40	Fiat G 9 -R4	Caça
	7	Douglas B-26 B/C Invader	Bombardeiro
1968	5	Cessna 185-A Skywagon	Ligeiro
	1	Cessna 206	Ligeiro
	1	Cessna 401 -B	Ligeiro
	4	Piper Cherokee Six 300 (PA-32)	
1969	13	Sud Aviation AS-330C Puma	Helicóptero
1970	60	North American Harvard II-A (T-6)	Instrução



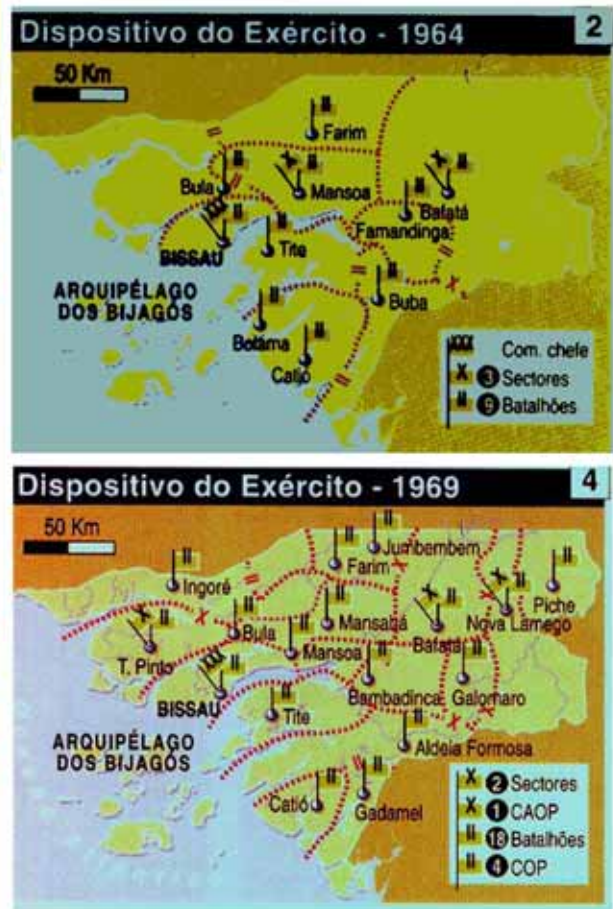
Anexo Y: Evolução do dispositivo territorial em Angola¹.



¹ ANICETO AFONSO e MATOS GOMES, op cit.



Anexo Z: Evolução do dispositivo territorial na Guiné¹.



¹ ANICETO AFONSO e MATOS GOMES, op cit.